



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACC

MARINA FREIRE DE OLIVEIRA

**O TRABALHO DAS MULHERES NA CADEIA PRODUTIVA
DA PESCA ARTESANAL DO CANTO DE ITAIPU -
NITERÓI/RJ**

Rio de Janeiro – RJ
2021

MARINA FREIRE DE OLIVEIRA

**OS TRABALHOS DAS MULHERES NA CADEIA PRODUTIVA
DA PESCA ARTESANAL DO CANTO DE ITAIPU -
NITERÓI/RJ**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Administração
à Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis da Universidade Federal do Rio de
Janeiro (FACC/UFRJ).

Orientador (a): Marcelo Castañeda de Araújo

**Rio de Janeiro - RJ
2021**

MARINA FREIRE DE OLIVEIRA

**OS TRABALHOS DAS MULHERES NA CADEIA PRODUTIVA
DA PESCA ARTESANAL DO CANTO DE ITAIPU -
NITERÓI/RJ**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Administração
à Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis da Universidade Federal do Rio de
Janeiro (FACC/UFRJ) aprovada pela seguinte
banca examinadora:

PROF. DR. MARCELO CASTAÑEDA DE ARAÚJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROFA. DRA. MARISOL RODRIGUEZ GOIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, -----

AGRADECIMENTOS

Esta monografia, como todo trabalho acadêmico, acredito, é fruto da contribuição de muitas pessoas e instituições. Gostaria de agradecer especialmente a algumas delas.

Ao Prof. Marcelo Castañeda de Araújo pela orientação segura e paciente. Por ter me encorajado e apoiado a seguir com o trabalho de pesquisa.

Ao povo brasileiro por possibilitar o acesso à Universidade Pública e de qualidade.

Ao Programa de Pesquisa-Ação da Cadeia Produtiva da Pesca (PAPESCA/UFRJ), pela oportunidade de atuação de ensino pesquisa e extensão para além dos limites da Instituição. Ao grupo de extensão pelo compartilhamento do espaço de reflexão-ação acadêmica.

À equipe do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), por me ensinar a importância de um museu que não se fecha em seus próprios muros, mas agrega a comunidade ao entorno e suas memórias vivas. E pela confiança de autorizar a utilização do material das entrevistas, fundamentais para este trabalho.

À minha mãe, por todo trabalho gratuito, todo amor e apoio incondicional, sem ela eu não seria.

Aos familiares, amigas, amigos e amigues pela força, pelo amor e por terem sempre me apoiado.

À todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização dessa pesquisa de monografia.

E em especial à Comunidade de Pescadoras e Pescadores de Canto de Itaipu pela troca de conhecimentos que tanto agregaram na minha formação.

“Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.”

Manuel de Barros

RESUMO

Este estudo de caráter exploratório pretende investigar a participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal, a partir do específico contexto da comunidade pesqueira do Canto de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro. É de interesse identificar o “lado feminino” da pesca, tal como é percebido e expressado nas memórias de 15 mulheres contidas no material analisado desta pesquisa. Este trabalho busca compreender as atividades produtivas e reprodutivas femininas, do passado e presente, e como estas se relacionam direta ou indiretamente à pesca. Os trabalhos femininos se transformam no tempo pelo espaço, considerando a influência dos macroimpactos do modelo desenvolvimentista e as mudanças sob setor pesqueiro e a comunidade, afetando de maneira particular o cotidiano e trabalho das mulheres. Assim, a identidade feminina da pesca constitui-se pela heterogeneidade, refletida na configuração plural e múltipla das formas organizativas que se observa na contemporaneidade da comunidade pesqueira, constituindo novas relações entre o trabalho da mulher e a pesca, bem como entre a economia local da comunidade pesqueira como um todo. Analisando o sistema produtivo pesqueiro, sob a ótica de gênero, a partir do ponto de vista das mulheres, percebe-se como suas atividades, no âmbito público e privado, foram e continuam sendo essenciais na manutenção da categoria como um todo, comprovando a importância histórica, social e econômica do trabalho feminino na comunidade pesqueira de Itaipu.

PALAVRAS-CHAVE:

Trabalho feminino, Trabalho reprodutivo, pesca artesanal, economia feminista, economia popular e solidária.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão da Praia de Itaipu após construção do canal.....	41
Figura 2 - RESEX – Reserva Extrativista de Itaipu.....	43
Figura 3 - Rotina diária da pescadora artesanal de mexilhão do Canto de Itaipu (números representam a hora do dia)	65
Figura 4 - Espaços Produtivos Femininos	70

LISTA DE SIGLAS

EF - Economia Feminista

EP - Economia Popular

ESS - Economia Social Solidária

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FUNBIO – Fundo Brasileiro para A Biodiversidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAI - Museu de Arqueologia de Itaipu

PAPESCA - Programa de Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal Fluminense

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RESEX - Reserva Extrativista Marinha de Itaipu

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Formulação do Problema.....	9
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 Justificativa	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Trabalhos Femininos	15
2.2 Economia Feminista e Economia Popular e Solidária: um diálogo	
Necessário.....	21
2.3 Cadeia produtiva da pesca artesanal.....	26
2.4 Trabalho Produtivo e Reprodutivo das Mulheres na Pesca Artesanal.....	34
3. METODOLOGIA.....	40
3.1. Tipo de pesquisa.....	40
3.2. Participantes da pesquisa.....	41
3.3. Instrumento.....	42
3.4. Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	42
4. RESULTADOS.....	46
4.1 Caracterização da comunidade pesqueira.....	46
4.2 Participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca em Itaipu: uma	
análise pelo tempo e espaço.....	51
4.2.1 O passado e o trabalho cooperado.....	51
4.2.2 A chegada do progresso e os trabalhos precarizados.....	57
4.2.3 A contemporaneidade e as estratégias para novas economias locais....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXO.....	85

1. INTRODUÇÃO

1.1 Formulação do Problema

Por ser vista tradicionalmente como uma atividade de identidade masculina, os estudos na pesca, frequentemente, reproduzem o discurso público e limitam suas análises ao simples processo de captura de pescado, o que invisibiliza as diversas atividades e elos que se articulam na cadeia da pesca, onde mais comumente se insere a força de trabalho feminina. Dessa forma a identidade da pesca se constitui fortemente atrelada à figura do pescador, negligenciando todas as demais atividades produtivas e reprodutivas desempenhadas por mulheres nesse contexto, mesmo quando essas são essenciais à reprodução social e econômica da categoria (WOORFTMANN, 1992).

Nas últimas décadas do século passado, período de ascensão do modelo desenvolvimentista, que gera transformações significativas no setor pesqueiro e nas comunidades, pesquisas passam a investigar o campo da pesca a partir da perspectiva de gênero (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012). Os primeiros estudos se debruçam sobre aspectos culturais e simbólicos; como as mulheres combinavam os diferentes tipos de atividades no cotidiano (Ibidem). A efetiva participação feminina nas relações de produção e reprodução social da pesca passa a ser debatida mais recentemente, em pesquisas acadêmicas nacionais e internacionais (RODRIGUES, 2018). Tratam-se de examinar as mulheres na pesca e suas diversas categorias, não só pelas perspectivas que buscam descrever suas formas de organização produtivas na pesca, como também àquelas dirigidas à compreensão das estratégias de sobrevivência das/os pescadoras/es, o que implica no exame da divisão familiar do trabalho no interior das comunidades, demonstrando as contribuições das atividades de produção e reprodução social e cultural da pesca na manutenção da comunidade (RODRIGUES, 2018; WOORFTMANN, 1992).

Nota-se que o espaço marítimo como domínio do homem (e suas subdivisões), é uma realidade observada na maioria das pesquisas acadêmicas de gênero, em contextos comunidades pesqueiras do país, e que se mantém até os dias de hoje. Já em relação ao espaço terrestre e suas subdivisões, de domínio predominantemente feminino, parece apresentar maior dinamismo e fluidez, ao passo que se coloca mais vulnerável às transformações históricas socioambientais e econômicas, delineando especificidades e condições femininas mais variadas.

O trabalho produtivo feminino na pesca, com frequência é desvalorizado, especialmente por ser associado, de forma geral, a uma atividade reprodutiva, por utilizar conhecimentos e habilidades similares às empregadas nos afares domésticos (SANTOS, 2013; MELO; LIMA; STADTLER, 2009). Observa-se na maioria das comunidades pesqueiras do país que a inserção das mulheres comumente se dá nas atividades da pesca de mexilhão e em outras categorias, como filetagem, beneficiamento e comercialização (FASSARELLA, 2008).

A multiplicidade de setores tem sido apresentada pela literatura como um dos fatores que dificulta a definição e apropriação da identidade de pescadoras. Somados a isto, embora algumas das atividades desempenhadas pelas mulheres tenham sido legitimadas juridicamente, as políticas do setor ainda possuem dificuldade em incorporar efetivamente a dimensão de gênero (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012) com isso, os efeitos legais são pouco vistos na prática, reduzem-se, pois, na garantia de algum incentivo financeiro (LEITÃO; SILVA, 2016).

Esse distanciamento da identidade de pescadoras e reconhecimento enquanto profissionais da pesca gera dificuldades que vão desde o momento de se cadastrar no Registro de Pescador Profissional, até mesmo na utilização de benefícios como seguro desemprego, seguro defeso, auxílio-doença, aposentadoria, bem como na busca por direitos já conquistados por mulheres de outros campos de trabalho, como licença maternidade e creches (LEITÃO; SILVA, 2016; RODRIGUES et al, 2018;).

A presente pesquisa foi desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro, na região de Niterói, com a Comunidade de Pesca Artesanal do Canto de Itaipu. Mibielli (2014, p. 6) nos fornece uma descrição precisa sobre a localização:

A praia de Itaipu fica localizada na Região Oceânica do município de Niterói, e faz parte do 2o Distrito de Itaipu. O Canto de Itaipu é a porção localizada mais a leste da praia e fica bem próxima, chegando até o costão rochoso, do Morro das Andorinhas, que é parte integrante do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). Desde 2013 a área marinha de frente a praia é uma Reserva Extrativista Marinha. A praia é limitada a leste exatamente pelo Morro das Andorinhas e a oeste pelo Canal de Itaipu. Após o canal é que se encontra a Praia de Camboinhas.

Na comunidade de Itaipu, quando se pergunta sobre a participação das mulheres na pesca, a resposta mais comum é que ali não há pescadoras e que as mulheres não exercem funções na atividade (Caderno de campo; RODRIGUES, 2018). No entanto, este ponto de vista se distancia do observado nos cotidianos femininos, no interior de seus lares e espaços de trabalho. Percebe-se que o trabalho da mulher é colocado à margem da história tradicional da Pesca do local. O não dito e a ausência de informações se tornam um dado importante (ODILA, 1983), posto que contribuem para criar um cenário de vulnerabilidade,

comum para as populações femininas de comunidades pesqueiras de diversas regiões do país (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012).

A contínua invisibilidade do trabalho feminino, tanto local quanto institucionalmente, condiciona-os a um lugar secundário ou mesmo alheios à pesca. O que por vezes, dificulta a identificação, por parte do grupo, da existência de elos e articulações entre as práticas laborais das mulheres e a cadeia da pesca artesanal de Itaipu, que poderiam ser fortalecidas. Dessa forma, se condiciona ao silêncio a contribuição dos fazeres femininos para a manutenção e continuidade social, cultural e econômica da pesca de ontem e de hoje.

Quando o olhar sob a pesca se amplia, descortina-se as múltiplas ocupações e papéis produtivos e reprodutivos que as mulheres veem assumindo ao longo do tempo, que compõe a categoria multifacetada das trabalhadoras na pesca, de extrema importância histórica para o grupo como um todo. A heterogeneidade que marca a identidade do trabalho feminino na pesca, reflete o complexo contexto que essa comunidade pesqueira está submetida desde a década de 60, dos conflitos socioambientais causados pelo modelo desenvolvimentista, que atingem as mulheres de forma peculiar e às impõe novas estratégias de sobrevivência.

A fim de investigar a problemática exposta, no presente trabalho são adotados os seguintes objetivos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Investigar a participação das mulheres na Cadeia Produtiva Pesca Artesanal Tradicional do Canto de Itaipu-Niterói

1.2.2 Objetivos Específicos

- Investigar a inserção e contribuição do trabalho produtiva e reprodução das mulheres para a manutenção econômica, social e cultural da comunidade pesqueira;
- Privilegiar o ponto de vista das mulheres sobre a atividade pesqueira;
- Delinear a identidade do trabalho feminino na pesca, buscando entender como seus saberes e fazeres contribuem para a manutenção e reprodução

sociocultural do grupo, além de suas formas de organização e sobrevivência próprias que se reinventam dentro do contexto pesqueiro.

- Contribuir para o conhecimento da história social da mulher e de seu saber-fazer, resgatando a identidade feminina da pesca;
- Buscar entender como as transformações do processo de urbanização e industrialização, e seus macroimpactos, sob a vida e trabalho feminino, e a relação com a evasão das mulheres na pesca;
- Buscar entender de que forma as novas economias femininas se articulam com a pesca e se inserem na cadeia produtiva.
- Somar-se aos estudos produzidos no campo da pesca pela perspectiva de gênero;
- Contribuir e incentivar para a continuidade da pesquisa, com enfoque gênero, na comunidade de pescadoras e pescadores do Canto de Itaipu-Niterói, que apesar de ser palco de investigações científicas há mais de 40 anos, são quase inexistentes estudos direcionados às mulheres.

1.3 Justificativa

A proposta dessa pesquisa se justifica pela possibilidade de contribuir para o campo de estudos de gênero, que tem relevância reconhecida mundialmente, principalmente nas últimas décadas, como uma possível ferramenta de apoio no combate às diversas formas de opressões às mulheres e à diminuição das desigualdades entre mulheres e homens; questões determinantes para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e equitativa, que além de um compromisso prático, assume importância na produção de conhecimento, contribuindo para a compreensão de realidades.

Na busca de legitimação do trabalho das mulheres na cadeia produtiva pesca artesanal como objeto de estudo, apresentando as bases teóricas metodológicas necessárias para sustentar as análises, esta pesquisa pretende produzir reflexões sobre as realidades de mulheres na pesca, com ênfase na comunidade do Canto de Itaipu, afirmando sua importância social e econômica para a manutenção da atividade pesqueira no território. O presente estudo acredita ser possível, inclusive, apontar resultados futuros e subsidiar novas pesquisas na área, assim como possíveis ações de extensão universitária neste campo.

Ademais, aponta-se a importância de pesquisas em Administração que se direcionem à outras perspectivas organizacionais, de relações de trabalho e modelos econômicos de

produção, a contrapelo da lógica de mercado capitalista de grandes corporações, a qual este curso de graduação tradicionalmente privilegia. Voltar o olhar científico para o setor da economia popular da pesca artesanal se justifica não somente por sua importância social, histórica, cultural e ambiental, mas também econômica, posto que, estima-se que somente a pesca artesanal praticada ao longo da zona costeira brasileira envolva cerca de 2 milhões de pessoas, representando mais de 60% das capturas de pescado no Brasil (SEAP, 2004 apud SILVA; LEITÃO, 2016).

É importante refletir também sobre o papel das Universidades Públicas em voltar seus esforços na busca de resolução de problemas locais e regionais, bem como o compromisso social da pesquisa em produzir conhecimentos que retornem para a sociedade, de forma a transpassar os “muros universitários”, em um diálogo e troca de saberes contínuos. Nesta perspectiva, Boaventura de Sousa Santos (2010, p.29) nos leva a repensar a Universidade no século XXI, que além do compromisso tecnológico e científico, deve assumir um papel democrático e solidário. Para tanto, na formação de profissionais e cidadãos, é importante que sejam consideradas as potencialidades e os “nós” críticos decorrentes do “movimento pendular” de trocas de saberes e da incorporação do conhecimento universitário plural nas Instituições de Ensino Superior (Ibidem). Sobre isso, Santos e Almeida Filho (2008, p. 57), corroboram:

“A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da Universidade [e das possibilidades das demais IES] na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais”.

O pesquisador Kawasaki (1997) aponta a necessidade das Universidades Públicas desenvolverem projetos integrados de pesquisa, ensino e extensão a fim de atender áreas de relevante interesse social, como as desigualdades sociais, de gênero e raça, uma vez que os acadêmicos (docentes e discentes) são pagos por toda a população brasileira. Iniciativas desta natureza podem trazer resultados concretos para a efetiva transformação social.

Dessa maneira, destaca-se que a presente proposta de estudo dialoga profundamente com o percurso acadêmico da autora, voltado para uma perspectiva mais humana e social dos estudos de gestão organizacionais e aos modelos alternativos de produção e consumo, bem de sua trajetória enquanto bolsista de extensão, por 4 anos, no Programa de Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal Fluminense (PAPESCA), que, por sua vez, desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão há mais de 8 anos em Itaipu.

As ações de extensão do programa PAPESCA, desde 2012, no Canto de Itaipu, apontam que o trabalho da mulher, relacionado tanto às atividades de produção quanto de reprodução social parecem subjugadas, sobretudo pela academia, tornando-as quase invisíveis como atores econômicos e sociais, e negligenciadas/pouco consideradas como atores políticos (RODRIGUES et al 2018). O trabalho feminino, dentro da atividade de pesca artesanal, muitas vezes não é reconhecido pelos próprios pescadores. Nota-se que, apesar de pesquisas serem realizadas em Itaipu há mais de 30 anos, são poucos os estudos voltados para a ótica do feminino, ou mesmo a inclusão das formas expressivas dos sujeitos femininos nas análises, fato que torna o aprofundamento desta questão de importância histórica e social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo partiu de um significativo levantamento bibliográfico sobre o assunto. Neste caso, foram utilizadas algumas escalas de análise: no primeiro momento foi adotada uma perspectiva mais geral, a partir de um conjunto de estudos nacionais e internacionais de leitura crítica, que introduz a temática do trabalho feminino dentro do contexto contraditório da economia capitalista. Essa base teórica propiciou problematizar a abordagem da economia hegemônica que invisibiliza o trabalho das mulheres.

A segunda seção buscou trazer novas concepções econômicas, de ruptura e contra hegemônicas, que auxiliam na análise e dão insumos teóricos para se pensar alternativas e outros modelos de produção e consumo que se aproximam mais ao que é percebido no campo aqui estudado.

Na terceira seção foi apresentado o conceito de cadeia produtiva a partir do seu ponto de vista clássico, que se origina da “alta administração” das grandes corporações. Em seguida, levantou autores que propõem uma reflexão e remodelagem do conceito, para que seja possível dialogar e dar conta da complexidade e particularidade das economias e sistemas populares de pesca artesanal, baseados na produção familiar e de parceria.

Por fim, chegou-se aos estudos específicos conduzidos a nível nacional, com a intenção de apresentar o lugar da produção acadêmica sobre a temática do trabalho produtivo e reprodutivo da mulher e sua inserção na pesca artesanal.

2.1 Trabalhos Femininos

Em sociedades nômades da antiguidade, a divisão social e sexual do trabalho não distinguia as tarefas quanto a sua relevância (DAVIS, 2016). As atividades desempenhadas por mulheres, ainda que vinculadas ao âmbito familiar e domiciliar, eram vistas como atribuições tão importantes para a produção e reprodução de suas comunidades, quando comparadas às tarefas pecuárias condicionadas aos homens. Dessa forma, os afazeres femininos, que compunham diversas atividades, eram reconhecidos social, cultural e economicamente, conforme expõe Davis (2016, p. 227):

Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar, e não hierárquica. Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade.

A desigualdade sexual, e a conseqüente desvalorização do trabalho feminino, é apontada pela literatura especializada como um fenômeno fortemente intensificado pela consolidação da propriedade privada. De acordo com Engels (1984), em seu livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, com o surgimento da noção de propriedade o homem passa a se ver como proprietário, seja dos animais ou dos instrumentos que utiliza em suas atividades, ao passo que, com o tempo, quando este ascende financeiramente, coloca-se em uma posição superior em relação à mulher dentro da estrutura familiar:

De acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso; conseqüentemente, era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos [...]. Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família [...] (ENGELS, 1984, p. 58 e 59).

Por conseguinte, o avanço da industrialização é responsável por transferir a produção econômica da casa para a fábrica; dessa forma “toda a economia se deslocou para longe da casa, deixando muitas mulheres em grande parte despojadas de papéis econômicos significativos.” (DAVIS, 2016, p.230). O Sistema Capitalista em ascensão passa a reforçar a lógica do patriarcalismo ao passo que se beneficia da mesma. Hoje vivemos em uma sociedade centralizada no mercado produtivo orientado pela busca incessante do lucro e assentado na exploração e superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras por parte da classe dominante, esta detentora histórica dos meios de produção. Desde o seu surgimento, o Capitalismo tem sido gerido pelo homem branco burguês, dividindo a esmagadora parte da população entre meros agentes consumidores e produtores, e colocando à margem dos principais circuitos econômicos os demais grupos sociais.

Dentro de um sistema centrado no fator puramente econômico, as atividades exercidas fora do âmbito da produção de mercado tendem a ser desvalorizadas, dentre elas as atividades domésticas. Atribuídas socialmente às mulheres, o trabalho doméstico foi fortemente invisibilizado.

Segundo Simon (2020), a economia dominante na nossa sociedade está baseada no sistema capitalista e na propriedade privada, visa os lucros e prega o individualismo em detrimento da coletividade. Seu espaço de excelência é o mercado e, o da indústria ou empresa, vista como a grande produtora de riqueza imediata e de suma importância aos interesses do capital.

Dentro dessa lógica, “o homem, adulto, branco, heterossexual, civilizado, do ‘primeiro mundo’” (SIMON, 2020, p. 8) ocupa a posição privilegiada, pois desde o início do sistema foi incorporado à lógica produtiva, como força braçal ou assumindo setores e categorias de

decisão e poder. Já as mulheres, estas foram relegadas aos espaços de subalternidade dentro e fora do campo da produção. Saffioti (2013, p. 65-66) afirma que as mulheres, sobretudo das camadas sociais diretamente envolvidas com a produção de bens e serviço, nunca estiveram alheias ao trabalho (em qualquer período ou lugar elas trabalharam), porém:

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

É bem verdade que do ponto de vista histórico o surgimento do Capitalismo trouxe novas formas de organização política, social, cultural e econômica à sociedade, mas ele também se apropriou das velhas tradições, a exemplo dos valores arcaicos e antirrevolucionários, para impor a sua ideologia. Nesse sentido, o Capitalismo é um sistema de profundas contradições desde a sua origem, pois ao mesmo tempo em que se mostrou um agente de mudanças institucionais e socioculturais lançou mão de marcadores sociais há muito arraigados, visando manter as estruturas de poder e de dominação por parte da classe burguesa. Nessa perspectiva, o gênero tem operado como um marcador de desigualdades sociais, com homens e mulheres ocupando posições distintas na pirâmide social (SAFFIOTI, 2013).

As desvantagens sociais forjadas para as mulheres permitem ao sistema capitalista explorar o máximo de mais valia (lucro). A submissão a que foram subjugadas nos primeiros séculos do sistema facilitava ainda mais a extração ao trabalho excedente. Assim, a incorporação massiva de mulheres ao mercado produtivo não significou a plena igualdade jurídica e social para os sexos, mas esteve acompanhada de um processo sistemático de superexploração, traduzido em salários desiguais e assentado em mitos justificadores da inferioridade feminina (MARCONDES et al, 2013; FEDERECI, 2019; SAFFIOTI, 2013).

É certo que no Capitalismo todo trabalhador será explorado, pois ele jamais receberá realmente o que produz para a acumulação de capital. Esse processo se intensifica com relação às mulheres, uma vez que o sistema se apropria de mitos justificadores da marginalização e submissão feminina para melhor explorá-las, através de ordenados irrisórios. Ou melhor, se os homens já não conseguem ter acesso ao que de fato são capazes de produzir, as mulheres tampouco; elas se apropriam de uma parte ainda menor de toda a riqueza que sua mão de obra gera ao sistema (SAFFIOTI, 2013).

A exploração das mulheres pelo capitalismo também ocorre fora do circuito da produção formal. Na lógica centrada no mercado, o espaço privado de produção e reprodução é totalmente excluído da concepção hegemônica de economia, sendo o trabalho doméstico desvalorizado, não remunerado e invisível ao funcionamento produtivo, isto é, considerado improdutivo ou não mercantil (SIMON, 2020). Federeci (2019) e Davis (2016) afirmam que, ao invés de serem reconhecidas como trabalho, as atividades domésticas foram historicamente transformadas em um atributo natural, quase um destino inerente à natureza pacífica e subserviente feminina.

O capital transformou o trabalho reprodutivo em “um ato de amor” e retirou dele seus sentidos políticos e econômicos, redefinindo ideologicamente as mulheres como “as guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica” (DAVIS, 2016, p.230). A autora reafirma que o trabalho doméstico na sociedade capitalista está vinculado à noção de servidão, o que passa a resumir as mulheres como servas de seus maridos, a medida em que os afazeres domésticos perdem o valor.

Ao transformar as mulheres em criadas, o sistema também disciplinou os homens da classe trabalhadora a não questionar os seus privilégios, afinal, que mal há ao gênero masculino chegar em casa e encontrar todas as tarefas prontas após um dia estafante de trabalho na fábrica ou no escritório? Disso também depende o seu descanso para, no dia seguinte, enfrentar novamente o ambiente perverso e cansativo da empresa (FEDERICI, 2019). E é justamente esse um dos pontos mais fundamentais da discussão.

Pesquisadora marxista, Tithi Bhattacharya (2019) ressalta que a chave do sistema, ou melhor, a força de trabalho não só produz mercadoria, como também reproduz a si própria fora do campo da produção capitalista. A reprodução social é o processo pelo qual a classe trabalhadora se regenera e abarca o trabalho de reprodução da vida, realizado majoritariamente pelas mulheres. A Teoria da Reprodução Social revela como o mundo econômico da produção de bens e serviços se associa e depende da produção da vida, envolvendo diretamente o trabalho doméstico e o cuidado atribuídos socialmente às mulheres.

Ou seja, esse *homo economicus* apenas pode existir como sistema econômico predominante porque as suas necessidades básicas de toda ordem – físicas, emocionais, individuais, sociais – são garantidas pelo trabalho não remunerado das mulheres. Portanto, seriam estes trabalhos invisibilizados, não remunerados que sustentariam o conjunto da sociedade, surgindo inclusive a figura da “dona de casa” disponível para os trabalhos domésticos, subproduto do trabalho produtivo, num pensamento claramente androcêntrico e centralizado no mercado (SIMON, 2020, p. 10).

É importante considerar que, para haver produção deve existir o trabalho de reprodução. A renovação geracional da classe depende diretamente do trabalho biológico

realizado pelas mulheres, bem como são elas as responsáveis pelas atividades que mantêm e regeneram a classe, como os cuidados com a alimentação, a saúde, o cuidado com idosos e crianças, o lazer, a administração da casa e da família etc. A casa é o lugar onde são efetivadas grande parte das necessidades humanas, sendo supridas pelo feminino.

Nesse sentido, o trabalho realizado no âmbito doméstico não deixa de ter valor econômico, porque baliza o seu funcionamento, embora não tenha valor monetário. Dessa forma, a introdução das mulheres no mercado de trabalho nunca a libertou do trabalho doméstico, porque isso, de modo algum, interessaria ao capitalismo.

Para Melo e Castilho (2009), em que pese à participação decisiva das mulheres nos processos de desenvolvimento econômico, no âmbito das atividades de reprodução, o trabalho doméstico tem sido pouco valorizado no interior das ciências humanas e invisibilizado na sociedade.

Em direção semelhante, Quintela (2006) reflete que ao se pautar restritamente à esfera da produção voltada para o que é comercializado, de forma financeirizada, a economia objetivada camufla o sujeito de ação, como se não precisasse se cuidar, vestir-se, alimentar-se, desenvolvendo suas capacidades de interação social, educando-se e aprendendo a fazer suas próprias escolhas.

É instrumental repensar a necessidade de um redirecionamento econômico que não mais se centre unicamente na ordem tradicional de mercado, como a única maneira possível de ser realizada como atividade para economia. Em consonância com Quintela (2006, p. 19), “o que na realidade está proposto por esse desafio é como medir o bem-estar global da sociedade, incorporando a essas análises todas as formas de atividades humanas desenvolvidas para esse fim”.

As necessidades humanas não se restringem ao campo meramente material, mas envolvem aspectos emocionais e afetivos inerentes às relações. Nesse sentido, os caracteres socialmente construídos para serem associados às mulheres devem ser amplamente considerados também no âmbito da economia. Para tanto, se faz necessário repensar outras formas de vivenciar as relações econômicas na sociedade que não se limitem à esfera do mercado monetário, criando, dessa forma, novas maneiras de perceber o mundo (SIMON, 2020).

Homens e mulheres vivenciam experiências sociais distintas, que não são produto de um destino definido pela biologia-anatômica dos sexos, mas construídas no campo das relações sociais (MELO; CASTILHO, 2009). As diferenças são aspectos inerentes a todo ser humano; elas existem e devem ser respeitadas. Porém, o que permite que as diferenças física e

biológica-anatômica sejam transformadas em profundas desigualdades e hierarquias binárias se relaciona diretamente com os conflitos e interesses de ordem social estabelecidos no trato das relações coletivas, e em nada tem a ver com caracteres naturais carregados pelos indivíduos.

Angela Davis traz à discussão o aspecto interseccional da discriminação de gênero, iluminando-nos sobre a fundamental reflexão de como a raça interfere na situação da opressão feminina. Davis (2017) chama a atenção para as diferentes opressões sofridas pelas mulheres em seu livro *Mulheres, cultura e política*:

As mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual. Enquanto a experiência das mulheres brancas de classe média com o sexismo incorpora uma forma relativamente isolada dessa opressão, a experiência das mulheres da classe trabalhadora obrigatoriamente situa o sexismo no contexto de exploração de classe — e as experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gênero nas conjunturas do racismo (DAVIS, 2017, p.37)

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2018) coloca em evidência o fato de que o racismo no Brasil, além de ser estrutural, é cultural, o que faz, por exemplo, com que a sociedade conceba como normal uma mulher negra desempenhar papéis desvalorizados e subalternizados. Ideia essa construída pelo processo de branquitude, que se enraíza na estrutura objetiva e subjetiva da sociedade, naturalizando e normalizando a ocupação de espaços de poder e prestígio por pessoas brancas, de forma a manter seus privilégios:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (GONZALEZ, 2018, p.73)

A autora também nos apresenta que, apesar da importância de se incorporar à análise o recorte de classe, o fator raça é determinante dentro do sistema de opressão capitalista, posto que a mulher negra sofre com uma tríplice discriminação: raça, sexo e classe.

Sendo sua inserção - no campo social - diferenciada, as mulheres, ao adentrarem às fileiras do mercado produtivo, também carregam para esses espaços suas experiências particulares, especificidades que devem ser incorporadas à economia. Para Fernandez (2018, p. 561):

O fato de as mulheres passarem a ocupar postos de trabalho que antes eram desempenhados exclusivamente por homens trouxe para a ordem do dia questões muito variadas, que nunca haviam sido formuladas pela tradição em economia. Perguntas atinentes à possibilidade de participação no espaço público por parte das mulheres, à modalidade dos trabalhos desempenhados por elas, às suas ocupações típicas, às condições de estabilidade ou de intermitência destes trabalhos, aos seus

salários, à existência ou não de diferenças entre as pautas laborais masculinas e femininas, à dupla jornada de trabalho, à tentativa de identificação de discriminação contra as mulheres no ambiente de trabalho, bem como aos modos como as diversas discriminações poderiam manifestar-se são algumas das questões pedra de toque para a economia dita feminista.

Ademais, segundo a autora, na medida em que as mulheres foram sendo incorporadas massivamente ao mercado de trabalho remunerado, essas problemáticas vão acarretando severos impactos no trabalho doméstico não remunerado, exercido tradicionalmente por elas, o que implica novos questionamentos ao paradigma da ciência econômica que envolvem desde a valorização do trabalho remunerado, em face ao trabalho não remunerado, até a repartição do tempo entre ambos os tipos de atividades.

De acordo com Maria Olida (1983), as mulheres brasileiras, sobretudo nos setores populares (principalmente pobres e negras), já avançaram assumindo papéis de provedoras das casas desde o início do século XIX, ou seja, já vêm assumindo papéis ditos masculinos, no entanto, seguem sendo maioria significativa nos trabalhos de reprodução, ou ainda condicionadas a uma carga mais intensa que os homens, subordinando-as a carga de trabalho efetivo superior com a dupla/tripla jornada (Idem).

Os dados da realidade do país trazidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –PNAD, de 2019, na qual foi possível observar que as mulheres dedicaram aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas 91% a mais de horas do que os homens (21 horas para 11 horas semanais, respectivamente). O estudo de *Estatísticas de Gênero, Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil*, divulgado pelo IBGE em 2018, aponta que as desigualdades de gênero, em todas as suas dimensões, são ainda mais tortuosas para as mulheres pretas ou pardas e residentes fora dos centros urbanos das Regiões Sul e Sudeste.

Em suma, as atividades desempenhadas por mulheres ainda hoje são tidas como de menor valor. E quando se incorpora à análise as intersecções entre raça e classe, trazidas pelas reflexões e discussões de autoras negras – deveras encobertas por nós, pesquisadoras brancas, ainda maioria no meio acadêmico brasileiro – leva-se em conta que a opressão do sistema capitalista recai sob as mulheres pobres e negras, de forma ainda mais profundamente cruel. Portanto, é necessário pensar e discutir novas formas de fazer economia na sociedade, que compreenda a totalidade dos processos sociais e as especificidades dos agentes históricos.

2.2 Economia Feminista e Economia Popular e Solidária: um diálogo necessário

Ao longo deste século XX, os movimentos de luta pela libertação feminina possibilitaram importantes avanços não só na vida prática e cotidiana das mulheres, como

também nos instrumentos teóricos-metodológicos e analíticos da condição da mulher na sociedade. Em meio a uma pluralidade de ideias, aspectos e enfoques, a teoria feminista tem se imposto e emergido como um pensamento complexo, crítico, sociocultural e político (MELO; CASTILHO, 2009).

Os diversos olhares e as demandas feministas têm se voltado para a questão do trabalho feminino na sociedade buscando dialogar com demais campos, cuja condição de agente social não permite que escapem às mulheres suas questões. A Economia é hoje um desses principais campos, pois como já reiterado neste texto, não se faz autônoma, tampouco alheia às ações dos indivíduos que a materializam.

É bem verdade que os avanços econômicos na sociedade não têm trazido mudanças efetivas para a vida das mulheres, que seguem sendo violentadas, tendo seus direitos violados e continuam à margem dos diversos processos socioeconômicos. Como bem destacou Federici (2019, p. 137), “[...] a globalização não só provocou uma “feminização da pobreza” como contribuiu para o surgimento de uma nova ordem colonial, criando novas divisões entre as mulheres — o que o feminismo deve combater.”

A Economia Feminista (EF) é um campo de estudo cujas bases teóricas se acham articuladas a diferentes escolas econômicas. Seu surgimento se dá como uma crítica ao paradigma econômico, ou seja, ao modo como vinha sendo produzida a ciência econômica, a partir das concepções neoclássicas e das perspectivas marxistas (CARRASCO, 1998; FERNANDEZ, 2018).

Em que pesem as divergências e as pluralidade de debates, um ponto em comum refere-se à “introdução do gênero como categoria analítica também na economia.” (Idem). Trata-se de questionar a engrenagem do sistema capitalista através de um olhar feminista sobre os problemas socioeconômicos enfrentados na nossa atualidade (QUINTELA, 2006).

Em tese, questiona-se uma economia feita historicamente por homens e para eles, que desconsidera as experiências e particularidades realizadas pelas mulheres. Para Fernandez (2018), a tarefa colocada à Economia Feminista é a de “jogar luz” nas relações de poder a que estão submetidas as mulheres dentro desse sistema, revelando quão perversas são essas relações assimétricas de gênero, na medida em que negam às mulheres a igualdade de oportunidades e implicam na defasagem de seus ganhos econômicos.

Em direção semelhante, Teixeira (2018, p. 160) explica que a Economia Feminista questiona a objetividade pura, tal como nos é apresentada pelo paradigma tradicional. Isto quer dizer, a economia não é neutra, ela obedece a interesses e à estrutura de poder; é modelada a partir das necessidades históricas de determinada época e classe social, não é

produto de ordem natural, mas, sim, do resultado das relações sociais. Ela, portanto, faz parte das coisas do mundo e é materializada nas ações dos agentes. O campo econômico, assim, é um campo de disputa, conflitos e de acordos estabelecidos no trato das relações coletivas.

Segue a autora:

Para a economia feminista, a economia tradicional está longe de ser objetiva e neutra. A definição de economia como uma ciência que está baseada em modelos matemáticos e nas escolhas racionais dos indivíduos assume pontos de vista sobre a identidade humana e sobre a natureza do conhecimento que estão ligados ao androcentrismo tradicional. Tal definição reforça o individualismo com a figura do “homo economicus”, sujeito autônomo, racional e livre para escolher entre distintas possibilidades. A teoria feminista argumenta que certos modelos, temas e metodologias da teoria econômica foram resultados de um processo altamente influenciado pelas percepções dos economistas sobre o valor de atividades e atributos que eram vistos como masculinos ou femininos.

Ademais, a Economia Feminista busca igualmente conferir ao campo de estudos de economia uma análise conceitual mais ampla, que seja capaz de compreender as atividades exercidas pelas mulheres historicamente invisibilizadas, recuperando-as enquanto agentes econômicos (TEIXEIRA, 2018; CARRASCO, 2006).

Segundo Lemos (2019, p. 18), essa disciplina consiste na tentativa de tornar a economia um campo mais próximo da dinâmica concreta da realidade, a partir da incorporação das experiências femininas. Nas palavras dessa autora, “a grande crítica da economia feminista à economia *mainstream* é a distância da teoria, elaborada pelos economistas, e da prática, a realidade vivida.” (Ibidem)

Nesse sentido, ocupa-se de estudar, conforme afirma Quintela (2006, p. 10), “a história do pensamento econômico numa vertente dupla: a crítica à invisibilidade das mulheres no pensamento clássico e neoclássico e a recuperação das ideias de algumas economistas silenciadas pela História e pela corrente dominante da disciplina.”. A Economia Feminista, continua a autora, “em particular, questiona e critica os paradigmas tradicionais das ciências econômicas por ter também esse enfoque antropocêntrico tanto nos conceitos e categorias como nos meios analíticos utilizados.”

Além da crítica teórico-metodológica e epistemológica, Carrasco (1998, p. 2) destaca algumas temáticas mais amplas incorporadas à economia feminista, são elas:

[...] o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho, as políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos enfoques que permitam a análise global da sociedade.

O aporte teórico da Economia Feminista toma o trabalho dentro de uma perspectiva mais ampla, considerando o mercado informal e o trabalho doméstico, bem como incluindo a

reprodução como um fator primordial à existência humana. Do mesmo modo incorpora temas, a exemplo da educação, saúde, afetividade como legítimos ao campo da economia (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

A amplitude de temáticas possibilita que a Economia Feminista dialogue e incorpore outras perspectivas analíticas, bem como diversas correntes do feminismo. Uma de suas articulações mais promissoras relaciona-se à Economia Popular (EP) e/ou Economia Social Solidária (ESS).

De acordo com Simon (2020, p. 17), “o diferencial da ESS está na ideia de solidariedade não como mero adjetivo, mas dando forma à nova lógica econômica que incorpora o social.” É a economia que se articula com as questões éticas, culturais, políticas, com os valores sociais, sem, no entanto, perder de vista seu caráter primário. Ainda essa autora afirma que “percebe-se uma aproximação entre os conceitos da ESS e da economia feminista uma vez que ambas se propõem a repensar as relações econômicas e sociais, a partir de valores para além do monetário e, com isso, reconfigurar o pensamento econômico.” (Idem).

A essas análises, acrescenta Quintela (2006, p. 26):

O princípio é semelhante, o de perguntar: a quem atende a economia? Como é que ela pode ser útil às pessoas? Esse é um ponto de convergência importante entre a economia feminista e a economia solidária que, a partir da contribuição das economistas feministas, pode ajudar a ampliar o olhar da economia solidária, se tentar analisar o papel das mulheres, sua inserção nos grupos de produção, crédito, comercialização, consumo, etc., e também a construir instrumentos de ação que permitam diminuir as desigualdades entre homens e mulheres.

Contribuindo para o debate, Nobre (2015) enfatiza que a Economia Popular e Solidária interessa à feminista, uma vez que questiona e pode atuar como possibilidade de romper a divisão do trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. É importante destacar, não obstante, que embora as significativas aproximações, elas também possuem suas próprias especificidades. Enquanto que a Economia Feminista está mais centralizada no universo dos movimentos e das lutas sociais, a Economia Solidária, também conceituada de socioeconômica solidária ou economia popular e solidária, “encontra hoje no Brasil e no mundo um amplo campo de apoio em diversos setores da esfera pública governamental e não-governamental, com espaços de diálogos entre governo, empreendimentos solidários e organizações de assessoria.” (QUINTELA, 2006, p. 23). No entanto, ambas são francamente politizadas, observando-se práticas de reivindicações de luta.

Não obstante, tanto uma quanto a outra visam promover um redirecionamento das questões puramente econômicas para questões humanas, e contribuir com a construção de

uma nova perspectiva de ordem econômica mundial. A articulação abre um leque de possibilidades analíticas. Para a Economia Feminista, a possibilidade de “fazer as atividades domésticas tornarem-se públicas, valiosas e políticas e para a ESS, ao possibilitar um outro espaço econômico para a discussão política.” (SIMON, 2020, p. 17).

É certo que ambas as perspectivas podem contribuir para ampliar o campo de ação da outra, pois a Economia Solidária - sem incorporar as questões das mulheres - acaba incorrendo em muitas das limitações do próprio paradigma que busca questionar, bem como a Economia Feminista não pode ser uma teoria particularizada, como se tratar do papel da mulher interessasse apenas a um grupo específico de pesquisadores e não tratasse igualmente sobre o movimento concreto da sociedade.

Ainda com relação às características da economia solidária, Simon (2020, p. 18) destaca que:

[...] há uma característica peculiar, a oferta ocorre juntamente com a demanda: os serviços são concebidos e propostos em razão de necessidades sociais reais e locais. Não é a lógica de rentabilidade do capital investido, mas a realização de desejos legítimos dos grupos locais por causa da interação entre os diferentes participantes desta iniciativa.

Nesse sentido, a ESS propõe repensar as formas de trabalho, valorizando o que esse trabalho é capaz de oferecer para o desenvolvimento do indivíduo, sua capacidade de oferecer bens e serviços para suprir as necessidades reais da comunidade, afastando-se do enfoque que prioriza o valor mercantil e de troca da produção.

Diferentemente das economias neoclássicas, as quais apenas enxergavam o homem econômico, a ESS compreende o indivíduo multifacetado. A Economia Solidária é uma corrente que emerge para romper com velhas formas de fazer economia, assim como a Feminista. Contudo, como nos alerta Simon (2020), ela também é parte dessa sociedade e não está isenta de reproduzir os próprios estereótipos e discriminações cujas potencialidades vão de encontro.

Nesse sentido, a autora também nos chama a atenção para o fato de que “as estruturas familiares e da sociedade acabam sendo reproduzidas no âmbito da ESS e essa é uma discussão ainda muito tênue na ESS.” (SIMON, 2020, p. 20). Quintela (2006) igualmente nos faz pensar essa questão quando destaca que, embora grande parte dos grupos que constroem a economia solidária seja constituído por mulheres, os documentos do ESS não trazem quaisquer referências às especificidades do trabalho feminino e, também, não abordam qualquer perspectiva de gênero em seus objetivos.

Contribuindo para o debate, Hillenkamp, Guérin, Verschuur (2016) destacam que os trabalhos sobre a economia não têm demonstrado, até os dias mais atuais, um interesse pelas questões de gênero ou pelas teorias feministas.

Simon (2020, p. 21) ainda nos ilumina à problemática, pois segundo a autora:

[...] apesar da configuração do movimento de preocupação com a igualdade, ainda se reproduz a divisão sexual do trabalho, uma vez que os maridos e companheiros praticamente não atuam nessa tarefa (7% somente), e em relação ao próprio movimento, a percepção é de que não há estrutura para essa tarefa durante a atuação das mulheres (apenas 4% afirmam ter estrutura).

Apesar de contestar as relações de produção capitalista, muitas vezes as denúncias quanto às formas específicas de exploração contra as mulheres não recebem a devida atenção nos discursos da ESS, desconsiderando, dessa forma, a perspectiva da reprodução. Assim, preconceitos ainda se perpetuam, o que revela ainda mais a importância da articulação entre conceitos da Economia Feminista com outros da Economia Solidária. Tanto a economia solidária e popular quanto a feminista, além de compartilharem da crítica ao sistema econômico hegemônico, trazem importantes contribuições para o campo da ação prática e política.

Com o objetivo de analisar o papel das mulheres na economia popular, recorreremos ao aporte teórico da Economia Feminista em diálogo com a Economia Solidária para estudar o trabalho produtivo e reprodutivo feminino na prática da Pesca Artesanal.

2.3 Cadeia produtiva da pesca artesanal

O conceito de cadeia produtiva suscita muitos debates entre os diferentes campos no meio acadêmico. O termo é oriundo dos estudos da economia industrial francesa, “que confere inclinação aos aspectos de distribuição de um determinado produto industrial, diferentemente do antigo modelo de criação de competitividade onde o privilégio era dado a variável preço no processo de coordenação do sistema” (BRUCHEZ; MOTTA, 2016, p. 4).

Em seu levantamento bibliográfico, Mielke (2002) reuniu um conjunto de definições. De acordo com suas análises, uma cadeia produtiva caracteriza-se pelo conjunto produtivo de atividades integradas referente às etapas consecutivas articuladas ao processo de produção, através do qual diversos insumos são transformados em bens ou serviço. Trata-se de “uma sucessão de estágios técnicos de produção e de distribuição, que estão devidamente alinhados com o mercado e com a demanda final, sendo integrados estes estágios tecnológicos” (MIELKE, 2002, p. 15).

Em direção semelhante, Haguenaer et al. (2001, p. 6) conceituou cadeia produtiva como “conjunto das atividades, nas diversas etapas de processamento ou montagem, que transforma matérias-primas básicas em produtos finais”, e conforme explicaram Castro, Lima e Cristo (2002, p. 2), esse conceito surgiu como instrumento para uma perspectiva sistêmica, isto é, ao incorporá-lo, parte-se do pressuposto de que a produção de bens pode ser concebida em forma de sistema, no qual “diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema”.

Ao sumarizar essas ideias, tem-se em Silva (2007, p. 2) que “cadeia produtiva, ou o mesmo que *supply chain*, pode ser definida como um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos ou serviços ao mercado consumidor”. Assim, cadeia produtiva é uma sequência de técnicas operacionalizadas que levam à produção de bens, e sua articulação está ligada às possibilidades conferidas pela tecnologia, bem como à capacidade de gestão de estratégias mobilizadas pelos agentes em direção à maximização de seus lucros (BRUCHEZ; MOTTA, 2016). Ela envolve os setores que fornecem a matéria-prima, máquinas e equipamento, e igualmente os setores de industrialização, distribuição, atacado e varejo, além de todo o aporte tecnológico envolvido no processo (MIELKE, 2002). Vial, Sette e Sellitto (2009, p. 2) exemplificam: “agricultores organizados em cooperativas que passam a comprar e comercializar insumos, armazenar e comercializar *commodities*, beneficiar ou transformar matérias primas são exemplos de ações em cadeia”.

Em síntese, é essa articulação, entre as várias fases do processo produtivo, que se inicia já no fornecimento dos insumos básicos até o momento em que o produto é colocado à disposição do consumidor, formando a corrente denominada de cadeia produtiva. Apesar do conceito ter surgido em relação às produções agropecuária e florestal, atualmente ele tem demonstrado suas potencialidades, sendo aprimorado e explorado sob as mais diferentes perspectivas. A constituição da cadeia produtiva também não segue um padrão único e estático, pois seu arranjo depende, em grande medida, de inúmeras variáveis, como as condições existentes à atuação dos atores sociais, bem como as exigências de mercado (SILVA, 2007).

Do ponto de vista do mercado de agroindústria, Bruchez e Motta (2016) explicam que grandes corporações, com os objetivos de manterem suas posições competitivas no mercado mundial, têm optado por competir unidas em cadeias produtivas, em que cada empresa cumpre seu papel para a efetivação do bom funcionamento de todas. Nesse sentido, as cadeias

produtivas constituem uma estratégia à competitividade. A esse respeito, Batalha e Silva (1999, p. 13) evidenciam que se parte da ideia de que a eficácia “ao longo do canal de distribuição pode ser melhorada através do compartilhamento de informação e do planejamento conjunto entre seus diversos agentes”.

Essa articulação entre as operações da produção é fundamental para efetivar a qualidade do produto que chega às mãos do consumidor; por isso, todas as fases, que dependem uma das outras para se concretizarem efetivamente, precisam ser consideradas com muita atenção, ou seja, é importante que se entenda todas as etapas que constituem a corrente de uma cadeia produtiva, visualizando-a de maneira integrada, em toda sua totalidade. Dessa forma, também é possível verificar a importância de todos os agentes envolvidos no processo.

No âmbito da pesca, a cadeia produtiva se refere particularmente ao conjunto de atores sociais que se relacionam com o ciclo do pescado e que atuam complementarmente na captura, desembarque, comercialização, industrialização, produção de matéria-prima, pesquisa, extensão pesqueira, ou seja, em todas as fases que envolvem a produção dessa atividade econômica (INSTITUTO DE PESCA).

Dentro da modalidade pesqueira encontra-se a pesca artesanal. Esta modalidade se caracteriza basicamente pela produção em pequena escala (PINHO et al., 2012), em que o pescador, sozinho ou em regime de parceria, seja com a unidade familiar, seja com a comunidade, “participa direta ou indiretamente da captura do pescado, utilizando instrumentos relativamente simples” (RAMIRES et al., 2012, p. 232).

A pesca é uma atividade regulamentada no país através da Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, e regula as atividades pesqueiras. Em seu Art. 2 prevê como recursos pesqueiros “os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura”, e define pesca como “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009).

Além disso, ainda a referida lei classifica a pesca em duas modalidades, a saber: comercial e não comercial. Com relação à pesca artesanal, assim como a industrial, ela corresponde à modalidade de pesca comercial, sendo definida na legislação da seguinte maneira: “quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009). Quanto às suas atividades, a legislação também é enfática ao afirmar que: “consideram-se

atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (Idem).

Na mesma direção, Clauzet, Ramires e Barrella (2005) nos informam sobre a definição de pescadores artesanais que, de acordo com esses autores:

[...] podem ser definidos como aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia. A captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado. Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem.

Também, segundo os autores, “a pesca artesanal encontra-se em contraste com a pesca industrial por ter características bastante diversificadas, tanto em relação aos hábitat e estoques pesqueiros que exploram, quanto às técnicas de pesca que utilizam” (CLAUZET; RAMIRES; BARRELLA, 2005, p. 1-2).

Pinho et al. (2012) explicam que, para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, existem ainda três tipos diferentes de pesca artesanal, divididas entre pesca artesanal de subsistência, também denominada de pesca de autoconsumo ou doméstica, aquela que, a respeito do próprio nome, está voltada para o consumo diário e interno da própria comunidade, sem fins comerciais. Essa é uma das modalidades mais antigas e remonta aos primórdios da humanidade. Para Cotrim e Miguel (2009) a pesca é uma atividade humana que se caracteriza por um grande número de interconexões com muitas variáveis na relação Sociedade-Natureza. Essa relação é uma construção social que ocorreu no passar do tempo, gerando acúmulos de saberes e tornando seu entendimento complexo.

Na pesca tradicional, outra modalidade de pesca artesanal, a atividade pesqueira é destinada tanto ao consumo interno quanto ao mercado externo, portanto, contém valor comercial. Não obstante, existe também uma relação tradicional entre pescadores/as e a pesca, mantendo-se embarcações igualmente tradicionais, bem como hábitos, costumes e saberes arraigado. A pesca artesanal semi-industrial ou avançada já é uma modalidade conhecida por utilizar embarcações mais modernizadas e técnicas que possibilitam uma produtividade média do pescado, chegando em alguns casos a desenvolver capacidade de competição com a pesca industrial (PINHO et al., 2012).

A pesca é uma das atividades econômicas mais antigas na história do Brasil, pois antes mesmo da invasão dos portugueses a estas terras, as comunidades indígenas já a praticavam

como parte fundamental para subsistência. No período colonial, além da pesca indígena de subsistência, surgiu também a pesca de baleia, monopolizada pela Coroa Portuguesa, que chegou ao fim somente na década de 1970, atestando a importância significativa das atividades pesqueiras para a economia do país (DIEGUES, 1999).

Nesse contexto histórico, a pesca artesanal surgiu de um declínio na economia dos ciclos cafeeiro e açucareiro do Brasil colonial, onde houve também a necessidade de exploração de recursos que não se limitassem apenas à flora e à fauna - a caça de animais esteve entre esses outros meios (CLAUZET; RAMIRES; BARRELLA, 2005). Na década de 1960, o governo brasileiro passou a investir esforços na implantação de uma indústria pesqueira em base empresarial, por meio de incentivos fiscais concedidos pela recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe. Paralelo a esse processo, emergia também o proletariado vinculado “à pesca e ao beneficiamento do pescado, em contraposição à pequena pesca artesanal, baseada no modelo de companhia própria da pesca ibérica, de onde também se trouxe as “colônias de pescadores”, modelo de organização dos pescadores introduzido por volta de 1922 e semelhante às guildas espanholas” (DIEGUES, 1999, p. 363).

Segundo Paz (2018, p. 8) a atividade da pesca e aquicultura envolve atualmente mais de 50 milhões de pessoas em todo o mundo, e um número de proporção três vezes maior que esse corresponde às pessoas que participam dos processos de pré e pós captura, que inclui aqui a comercialização, sob diferentes níveis, e o processamento. “Estima-se que a pesca de pequena escala emprega 90% dos pescadores de todo o mundo e é responsável por cerca de 50% da produção mundial de peixes”. Com relação à pesca artesanal, o autor informa que essa modalidade possui grande importância social e econômica, sendo responsável por mais de 50% de toda a atividade pesqueira nacional, podendo esse percentual alcançar até 70% em algumas áreas do norte do Brasil.

A pesca artesanal constitui, dessa forma, uma cadeia produtiva de muitos impactos. De acordo com os dados disponibilizados por Ramires et al., (2012, p. 232), essa modalidade “emprega aproximadamente 36 milhões de pessoas ao redor do mundo, sendo que 15 milhões praticam a pesca como atividade exclusiva, 13 milhões como atividade complementar e oito milhões de forma ocasional”.

Estudos no contexto da atividade pesqueira vêm demonstrando o impacto da especulação imobiliária em todo o país, responsável pela expulsão de famílias de pescadoras/os de seus territórios, distanciando-as cada vez mais da beira do mar ou da margem dos rios, afetando os seus modos de vida e trabalho (CAJADO et al., 2014)

A esse respeito, Capellesso e Cazella (2011, p. 15) destacaram que um conjunto de fatores induz as famílias de pescadores a exercerem outras atividades que não somente a pesca, “os problemas ambientais e de gestão dos recursos pesqueiros, que impactam negativamente a produção e a renda auferida pelas famílias pescadoras artesanais, associados ao crescimento do turismo de massa”, convergem para alterar as formas de ocupação desses indivíduos e desencadear em alguns casos o abandono total da prática de pesca artesanal.

Ocorre que, muitas dessas famílias contam com conhecimentos milenares sobre a pesca herdaram saberes teórico-práticos de seus ancestrais e os transmitem de geração para geração. A ausência de prática com outras atividades leva, em muitos casos, à ocupação em postos subalternos (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011). Para muitas dessas comunidades o mar não constitui apenas uma fonte principal ou complementar de renda, mas, sobretudo, o lugar de construção de subjetividades e afirmação da identidade. Nas palavras de Ribaric (2020, p. 39):

O mar é espaço de autonomia e resistência, matéria-prima para a elaboração de utopias rústicas que marcam a identidade de pescadores e pescadoras. Patrimônio cultural ligado a uma relação privilegiada com a natureza, enquanto espaço de sobrevivência e representação, firmada na imensidão das forças que enfrenta, a intensidade de sua entrega e a fragilidade dos instrumentos que tem às mãos. Identidade ligada à apropriação, objetiva e subjetiva do ambiente natural, de um território líquido imprevisível, indomável, ao mesmo tempo em que abundante e dadivoso.

Para Begossi (2006 apud RAMIRES et al., 2012), a atividade de pesca artesanal, por representar importância como uma das principais fontes de alimento da população brasileira, e tendo em vista o número de pescadores de pequena escala, sem recursos de investimento, deveria ser uma das prioridades no Brasil. Contudo, e conforme destaca Lopes et al. (2011, p.1) “as estratégias político-econômicas brasileiras se pautaram historicamente por um modelo “desenvolvimentista” focado em estratégias de crescimento que consideram o meio ambiente como um mero recurso a ser explorado”. Neste contexto, o meio ambiente se apresenta como um mero recurso a ser explorado, desvalorizando os modos de vida tradicionais e de trabalho, refletindo-se nas cadeias produtivas da como da pesca artesanal, enfrentando inúmeras dificuldades que se refletem nos elos da cadeia produtiva, e agravadas com o pouco incentivo oferecido a esse setor (LOPES et al, 2011).

Na visão do mercado capitalista, as economias que não seguem a lógica de acumulação do capital e não se orientam exclusivamente pelo lucro sobrevivem às margens dos principais circuitos econômicos, como é o caso da economia do tipo popular, de caráter familiar e autônomo, amplamente desenvolvida no seio da classe trabalhadora e dispondo de recursos próprios. De acordo com Fernandes e Diniz (2018, p. 256), “esta não se define

apenas pelas características dos seus integrantes, mas sim pela qualidade de suas relações e por sua escala de organização, que permitem um contato mais direto e pessoal, não necessariamente passando pelo mercado ou pela concorrência”. Uma de suas características é se apresentar como alternativa às formas de organizações econômicas hegemônicas, definidas como capitalistas, individualista, consumistas, autoritárias (FERNANDES; DINIZ, 2018) e altamente predatórias aos ecossistemas. A economia de base popular, por sua vez, rompe com processos de marginalização de sujeitos sociais e das economias periféricas, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, em consonância com princípios e atitudes coletivas.

A pesca artesanal enfrenta muitas dificuldades no contexto brasileiro, já que, além da queda de rendimentos e insuficiências estruturais no armazenamento, essa atividade dispõe de menos recursos materiais para efetivar todo o seu processo de produção e encontra pouco apoio financeiro governamental para disposição de materiais e equipamentos (PAZ, 2018). Em muitos lugares a pesca artesanal ainda é realizada baseada em recursos escassos de tecnologia e relações tradicionais de trabalho e com a própria natureza.

Ao considerar a pesca artesanal e a agricultura familiar como ineficientes do ponto de vista econômico, o Estado priorizou os grandes empreendimentos – o agronegócio exportador e barcos industriais –, comprometendo a reprodução social de grande número de famílias ocupadas nessas formas tradicionais de produção (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011, p. 15).

Nessa modalidade pesqueira, a relação com a natureza é pouco transformada. Por esse motivo também existe uma grande dificuldade de lidar com as adversidades impostas pelo meio ambiente, e os pescadores precisam adaptar-se constantemente às flutuações climáticas, geográficas e temporais. Paralelamente, a exploração desenfreada dos recursos naturais provocou uma conseqüente baixa na captura dos recursos disponíveis, isso somado a falta de políticas públicas específicas direcionadas a essa modalidade, e prejudicou diretamente a viabilidade econômica da pesca artesanal, acarretando inúmeros problemas sociais às comunidades que até então sobreviviam da sua prática (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011).

É essa situação crítica vivenciada por muitos pescadores/as que levam seus filhos e descendentes a abandonarem a atuação nesse setor ou, quando não isso, provoca a incidência da pluriatividade, em que os pescadores se associam a estratégias e formas distintas de garantia da reprodução material de seu grupo familiar. A pesca artesanal é organizada, grande parte, em unidade familiar e de forma comunitária. Contudo, diferente da agricultura familiar, por exemplo, na maior parte dos casos esse envolvimento não é feito integralmente, sobretudo em relação ao processo de captura levado a cabo pelos pescadores. Esse é o universo que se revela fortemente masculinizado, não obstante algumas atividades complementares, ou vistas

socialmente como secundárias, sejam destinadas às mulheres. Nesse sentido, a dinâmica da organização da força de trabalho familiar tende a se caracterizar por dois tipos de unidade produtiva, a saber: a família e a tripulação dos botes, em que cada uma dessas unidades exerce papéis diferenciados, sobretudo no que concerne ao universo produtivo e às divisões de tarefas desempenhadas pelos grupos e distinguidas pelo sexo e idade (MALDONADO, 1986 apud SACCO DOS ANJOS et al. 2004).

Para Silva (2014) é importante uma análise territorial no estudo da cadeia produtiva da pesca artesanal em contextos em que o meio assume usos diversos e disputados, pois: “Tal atividade tem o meio ambiente como uma de suas forças produtivas e referência de insumos (existência e qualidade do pescado). Trata-se de um circuito produtivo primário muito dependente das condições ambientais” (SILVA, 2014, p.8).

Santos (2005, p.65), tomando como base a região nordeste do estado do Pará, caracteriza a cadeia produtiva da pesca artesanal partir do contexto socioeconômico, tecnológico e produtivo, analisando as relações de comercialização existentes e o ambiente institucional e organizacional, dessa forma chega às seguintes etapas/segmentos da cadeia produtiva da pesca artesanal:

i) O primeiro segmento da cadeia envolve o suprimento de bens e insumos necessários ao desenvolvimento da atividade. Nele estão incluídos a produção de embarcações, os motores e petrechos de pesca e os insumos básicos como gelo, combustível e alimentos para as refeições durante o esforço de pesca.

ii) a segunda etapa, base da cadeia produtiva, é o segmento de produção do pescado, responsável pela maior absorção de mão de obra, pode envolver os pescadores industriais e em maior parte os artesanais, sendo estes responsáveis pela exploração dos estoques pesqueiros de diversas espécies destinadas ao abastecimento familiar como também comercialização em distintos canais;

iii) o terceiro elo da cadeia produtiva está inserido o processo de comercialização envolvendo os atores econômicos responsáveis por agregar valor e utilidades de posse, forma, tempo e espaço ao produto, conduzindo-o até o mercado consumidor. Atividades como armazenar, processar, transportar e distribuir também fazem parte desta etapa. No caso do pescador artesanal, ele próprio é responsável por acondicionar, na maioria das vezes em quantidades pequenas, o produto para posteriormente comercializá-lo e/ou consumi-lo.

iv) o segmento de transporte e distribuição contempla os agentes responsáveis pela condução do produto até a chegada ao consumidor final que, no caso do contexto local e

estadual, consistem, sobretudo, nos atravessadores e outros intermediários, e no caso do contexto nacional e internacional, destacam-se as empresas do setor;

v) O extremo final da cadeia produtiva é o mercado consumidor de onde surgem todo o estímulo de mercado. O consumidor adquire o produto em feiras livres, peixaria, supermercados ou sob a forma de pratos prontos em restaurantes, hotéis e etc;

vi) Toda a estrutura produtiva é influenciada pelos ambientes institucionais e organizacionais que congregam órgãos do governo e outras instituições relacionadas à governança e coordenação da cadeia produtiva. São os atores responsáveis pelo estímulo e regulação das atividades produtivas como universidades, instituições de pesquisa, instituições de capacitação, dentre outras.

Torna-se, portanto, necessário refletir não apenas sobre o processo de captura levado à cabo pelos/as pescadores/as, como também todas as fases que compõe a cadeia produtiva da pesca artesanal, em que as mulheres aparecem efetivamente inseridas, e as relações que guardam com a organização social das comunidades pesqueiras.

2.4 Trabalho Produtivo e Reprodutivo das Mulheres na Pesca Artesanal

A maior participação das mulheres no mercado produtivo não foi capaz de retirá-las da verdadeira invisibilidade a que foram relegadas historicamente. Culturalmente, o trabalho produtivo feminino é visto apenas como uma extensão de suas atividades domésticas. Não é por acaso que elas são as principais a ocuparem postos de trabalhos que remetem aos cuidados, à educação, aos setores de limpeza e aos afazeres domésticos.

No caso das comunidades de pesca, essa reprodução também tem se figurado perpetuante, de maneira que o trabalho realizado pelas mulheres na cadeia produtiva da pesca é visto apenas como uma extensão de seu papel social de mãe-esposa-dona-de-casa. Investidas de seu papel social de auxiliadora dos homens, tais funções são reconhecidas apenas como uma ajuda aos maridos, sem qualquer valor produtivo (FIGUEIREDO; PROST, 2014). O universo pesqueiro é entendido como preponderantemente masculino. Existe ali uma divisão social e sexual do trabalho baseada nas relações de gênero que implica na ausência de reconhecimento da atividade produtiva das mulheres, impactando a valorização e visibilidade do seu trabalho (FASSARELLA, 2008).

Assim, como aponta Elen Woortmann (1992), ao estudar as comunidades do nordeste, na organização de comunidades pesqueiras é possível entender e classificar o espaço natural a partir de uma perspectiva social e de domínios pertinentes a cada gênero. Essa divisão do

espaço depende do contexto e da ênfase dada na produção do discurso. Ou seja, se o enfoque está na separação entre os gêneros, “a classificação operada é a mais geral, opondo o mar à terra, o homem à mulher” WOORTMANN (1992). Esta, de acordo com a autora, é também a classificação mais comum no discurso público, pois é a que melhor convém à identidade geral da comunidade pesqueira, atrelada à figura masculina. Por sua vez, se o olhar se direciona às mulheres, na variedade de atividades desenvolvidas na pesca e a cooperação entre os sexos essa bipolaridade se relativiza (Ibidem).

A esse despeito, estudos demonstram que, frequentemente, as modalidades de pesca que exigem maiores deslocamentos, (referentes ao “mar de fora”, “mar alto” ou “mar grosso”) são vistas como atividades eminentemente masculinas, ao passo que para as mulheres se destina as atividades ao espaço da terra. No entanto, quando elas se inserem no meio aquático, em geral, o espaço de trabalho se circunscreve pelas áreas próximas à terra, nos limites do “mar raso” ou “mar de dentro”, como rios, lagos, manguezais e praias (MANESCHY, 1995).

Dentro dessa divisão, as mulheres têm sobrevivido mais comumente da mariscagem, uma categoria de pesca de menor prestígio dentro da cadeia. Sobre a atividade, Figueiredo e Prost (2014, p. 83) ressaltam:

A mariscagem é, assim, atividade predominantemente feminina. Pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental, realizada através de instrumentos rudimentares muitas vezes confeccionados pelas próprias marisqueiras. A diferenciação entre pescadores e marisqueiras se dá porque o uso do espaço é diferente nas distintas artes de pesca.

Porém, elas também são participantes ativas dentro de toda a cadeia produtiva da pesca, isso porque, além de atuarem em demais atividades, como na pesca de mergulho, pesca com rede etc., são as responsáveis pela limpeza do pescado trazido do mar, bem como, em muitos casos, em sua comercialização em feiras e no preparo do alimento (FIGUEIREDO; PROST, 2014; CARMELA; PINHEIRO, 2019).

Elas também tecem redes ou linhas, confeccionam os instrumentos utilizados na atividade, tanto para seus familiares quanto para atender as demandas de fora, nesse último, trata-se de trabalho braçal pago. Embora muitas vezes não se reconheçam como pescadoras, elas não se acham totalmente afastadas do domínio da pesca. Mesmo não participando da pesca no mar, sua produção é de grande importância para que os pescadores tenham acesso às ferramentas necessárias de trabalho feitas manualmente. Produtos como o náilon são caros, e por isso é bastante comum que os pescadores confeccionem suas redes aos poucos, comprando os novelos à medida em que sua produção vai aumentando. Assim, enquanto estão

em alto mar, suas esposas e filhas trabalham arduamente na produção e na compra dos equipamentos necessários (MANESCHY, 1995).

As mulheres também estão envolvidas em atividades aquáticas, visando tanto complementar a alimentação doméstica quanto obter renda. Assim, Maneschy (1995, p. 156) comenta que:

As mulheres estão, pois, de diferentes maneiras contribuindo na manutenção das famílias. O que conseguem obter para completar a dieta familiar tem certamente um peso decisivo, sobretudo no caso dos grupos domésticos de mais baixa renda, em que os pescadores não dispõem de meios de produção próprios. Em termos de reconhecimento social, as atividades que elas desempenham não gozam do mesmo status das exercidas pelos homens, pois são concebidas como complementares.

Por essas atividades serem realizadas fora do mar, muitas vezes no espaço privado da casa, todo o trabalho produtivo feminino acaba por ser confundido com o trabalho doméstico, o que, de forma alguma, condiz com a realidade, uma vez que despendem tempo, material e retorno econômico (RODRIGUES et al., 2018; WOORTMAN, 1992). Tanto o trabalho feminino quanto o das crianças servem muito bem à acumulação capitalista na pesca, conforme indica Maneschy (1995, p. 157), “seja por garantir a reprodução "gratuita" do pescador, presente e futuro, seja por produzir renda adicional, dado o baixo ganho do pescador, notadamente do que trabalha para outrem.” O barateamento das tarefas também serve aos mesmos interesses.

A ausência de reconhecimento traz consequências perversas à vida dessas mulheres, que sentem inúmeras dificuldades para terem acesso aos seus direitos trabalhistas, vendo-se ainda mais à margem dos processos socioculturais e econômicos de suas comunidades. Soma-se a essa situação a negação dos seus direitos básicos, como acesso ao seguro de saúde, de programas e projetos públicos de investimento, além da ausência de políticas de capacitação e de assistência em relação à violência que também sofrem com os seus companheiros. As pescadoras relatam encontrar dificuldades para comprovar que são pescadoras, conseguir tirar a carteira de pescadoras e, assim, terem acesso aos seus direitos previdenciários, o que não deixa de estar atrelado a uma concepção arraigada do espaço da pesca como um universo masculino (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Ainda que passem a vida toda trabalhando com a pesca, essas pescadoras costumam se identificar como donas-de-casa ou do lar, o que é de todo compreensível em uma sociedade que impõe essas responsabilidades quase como um destino de toda mulher que se preze. Muitas mulheres ainda se sentem as grandes responsáveis pelo funcionamento de seus lares e da preservação de suas famílias (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Por muito tempo o pescador foi reconhecido como aquele que retira o peixe do fundo do mar, relegando a um papel secundário e negando direitos trabalhistas da atividade àqueles e, sobretudo, àqueles que participam de outras etapas da produção (CARMELA; PINHEIRO, 2019).

A pesca artesanal, tal como apontam Silva e Leitão (2016, p. 139):

[...] é atividade produtiva caracterizada pelo trabalho pouco mecanizado e comunitário. Emprega, como meio de realização, pequenas embarcações movidas por motores de pouca potência (quando não apenas movidas por remos e velas), contando, no mais, com a força e o empenho do corpo humano. Embora a indústria pesqueira tenha desenvolvido um rico arsenal tecnológico, subsiste e afirma-se a pesca artesanal distante dessas indústrias. Isso porque é atividade fonte geradora de renda de muitas famílias (mais de 600 mil pessoas em todo o Brasil, segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, de 2010) e possibilita o desenvolvimento econômico autônomo, distante de um mercado de trabalho formal.

Dentro do contexto da pesca artesanal a família assume um papel fundamental na organização do sistema de produção das comunidades. Os valores de solidariedade são ressaltados nesses espaços, sobretudo em relação ao cuidado com os filhos, que acabam sendo bastante compartilhados entre as mulheres da comunidade.

Na pesca artesanal, os laços afetivos dos membros familiares ligados à necessidade de sobrevivência das famílias articulam as relações de produção pesqueira, principalmente no que tange ao beneficiamento do pescado. Há influências recíprocas na estruturação das atividades produtivas da pesca e na estruturação das famílias. Tais influências são mediadas por estratégias de produção e reprodução no núcleo familiar. Entre estas estratégias, está o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar (FIGUEIREDO; PROST, 2014, p.

Com relação à legislação, até 2009 o país não contava com qualquer dispositivo que regulamentasse a atividade da pesca artesanal; é nesse momento também que as mulheres passam a serem vistas entre os sujeitos da atividade (SILVA; LEITÃO, 2016). Segundo Rodrigues et al. (2018), a Lei de número 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, foi responsável por regulamentar e equiparar as atividades dos pescadores e as demais etapas produtivas. Através dela a categoria “pescador artesanal profissional” ganha uma dimensão mais ampla, estendendo-se a todos aqueles que participam de quaisquer etapas da cadeia produtiva da pesca. Assim, teoricamente, não só as mulheres trabalhadoras da pesca propriamente, mas também aquelas envolvidas no processo de confecção de materiais, beneficiamento, entre outros, passam a ser reconhecidas enquanto parte da economia familiar (SILVA; LEITÃO, 2016; RODRIGUES et al., 2018).

A despeito dos avanços no campo jurídico, de acordo com análise crítica de Silva e Leitão (2016), a referida lei não faz qualquer menção direta e específica às mulheres que já antes realizavam as atividades pesqueiras. A lei também se mostrou limitada ao garantir a realização da atividade por meio do sistema familiar. Dessa forma, as mulheres - para terem sua condição profissional reconhecida legalmente - precisam estar vinculadas a um sistema familiar, como esposas ou filhas, desconsiderando aquelas que não são casadas ou não conseguem comprovar que o pai ou o esposo são pescadores artesanais.

Nesse sentido, quando o assunto é o direito e papel das mulheres na atividade pesqueira, a legislação tem pouca efetividade prática. Para Melo, Lima e Stadtler (2009, p. 4), as políticas públicas de desenvolvimento da pesca arsenal pouco têm levado em consideração as especificidades do trabalho das pescadoras, reproduzindo o que historicamente acontece com as propostas do Estado voltadas para o atendimento das demandas das mulheres. Política Pública aqui entendida como um “conjunto de regras que definem como as instituições devem operar em função do alcance do bem público, criando equidade econômica e social, garantindo direitos e justiça” (Ibidem).

Ainda conforme as autoras, muitas vezes estas políticas não conseguem ultrapassar noções tradicionais sobre o trabalho feminino, o que inviabiliza em grande medida a construção de estratégias de ampliação dos espaços de atuação das mulheres na sociedade e a compreensão das relações estabelecidas entre o trabalho produtivo e reprodutivo.

Também se observa nesses contextos a acumulação tarefas domésticas e serviços de cuidado e sobrecarga de trabalho das mulheres. Fonseca et al (2016), apontam uma correspondência entre as estatísticas do IBGE - que indicam a desigualdade entre os gêneros na dedicação de atividades reprodutivas - e o cotidiano das mulheres da comunidade pesqueira de Rio das Ostras/RJ, em que a sobrecarga do trabalho feminino e a conciliação diária das atividades pesqueiras com todas os trabalhos reprodutivos, chegam a ser superiores que a média nacional.

Ainda que tenham ajuda (geralmente vinda das filhas mais velhas), as mulheres seguem como papel protagônico na responsabilidade pelos cuidados e decisões intrafamiliar (MARTÍNEZ e HELLEBRANDT, 2019). A incumbência das mulheres sobre o cuidado e funções reprodutivas, na maioria das vezes, modelam sua inserção no mercado de trabalho, dessa forma, suas atividades produtivas acabam sendo reguladas por suas atividades reprodutivas (idem). Miranda et al (2003) refletem sobre a não linearidade do trabalho reprodutivo, por seguir um ciclo de vida, que se intensifica quando existe a necessidade de cuidado de pessoas dependentes e, dessa forma, regulam a inserção no mercado de trabalho

segundo as exigências do momento que se encontra no ciclo de vida (MIRANDA et al 2003; MARTÍNEZ e HELLEBRANDT, 2019)

Para Carmela e Pinheiro (2019), esse comportamento social de relegar às mulheres pescadoras um lugar subalternizado nas atividades pesqueiras se encontra enraizado já nos processos históricos de formalização da profissão, tendo em vista que até a década de 1950 só os homens eram cadastrados como pescadores. Ademais, ainda de acordo com dados colhidos pelas autoras, atualmente na região sudeste apenas 19,90% representam 15.337 mulheres pescadoras, em um universo de 77 mil homens pescadores. Porém, esses números podem ser bem maiores, se considerarmos a rica participação feminina em outros setores da pesca que não seja a atividade pesqueira propriamente dita.

O lugar das mulheres se torna invisível também com relação ao seu papel na preservação ambiental. Uma abordagem ecofeminista discute como as mulheres e a natureza compartilham de processos comuns de opressão, depreciação e subalternização frente às ações do homem, nesse caso, o homem no sentido literal de masculino. Visando combater a lógica de dominação imposta às mulheres e à natureza, algumas ecofeministas colocam em pauta a adoção de novas relações sociais; novas maneiras do ser humano se relacionar com o mundo, com o meio ambiente e entre si, de modo não-hierárquico e não-dominante. Uma perspectiva como tal envolve a construção de uma nova ética, a qual essas teóricas se referem como a “ética do cuidado”. Nas palavras de Carmela e Pinheiro (2019, p. 278):

A ética do cuidado é um universalismo que, no entanto, não segue regras gerais, e sim ocorre em situações concretas, referindo-se à interdependência de todos os seres. Ela faz com que seja possível pensar melhor sobre uma articulação entre o cuidado e o meio ambiente, que seria pragmática, quer dizer, um pensamento teórico e prático que se produz na interseção do reconhecimento ordinário de nossas dependências, de nossas relações e de nossas responsabilidades. Sob esta perspectiva das relações, podemos dizer que, apesar de suas diferenças, há algo que aproxima as abordagens do ecofeminismo até aqui descritas: a busca por uma composição que reúne os seres humanos e o mundo.

Ainda em consonância com as autoras, compreendemos que segue muito nessa direção o estudo das mulheres na pesca, em que a atividade faz parte de um todo coletivo de cuidados. Através de uma perspectiva ecofeminista, pretende-se também perceber o movimento concreto das pescadoras em relação aos “múltiplos tipos de seres, muitos dos quais são outros-que-humanos, como o mar, os peixes, os corais, o céu, a rede, o barco etc.” (Idem).

3. METODOLOGIA

O interesse inicial deste trabalho era que o mesmo fosse pautado nos princípios do método da pesquisa-ação orientados por Michel Thiollent (1986), por entender que esta abordagem poderia gerar condições para o empoderamento comunitário. Porém, dado o contexto pandêmico, no momento histórico tão trágico que o país atravessa, a primeira proposta se tornou inviável, sobretudo pela impossibilidade de inserção no campo visando a prática da dialogicidade e construção de uma estrutura participativa de coleta de informações, que este viés metodológico recomenda (THIOLLENT, 1986). Diante dos fatos, a adaptação da metodologia do trabalho levou em consideração os dados empíricos disponíveis para o mesmo, que se constituíam nas informações pré-existentes coletadas em campo, oriundas da minha atuação no território, enquanto extensionista no programa PAPESCA/UFRJ entre os anos de 2017 à 2019 especificamente no Canto de Itaipu, e posteriormente como bolsista do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) de 2018 à 2020 na mesma localidade. Ademais, contou-se fundamentalmente com o acesso à 40 entrevistas de mulheres e homens da comunidade pesqueira de Itaipu, produzido e disponibilizado pelo MAI, no âmbito do projeto “*Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*” que se iniciou em 2017.

Como forma de alcançar os objetivos definidos neste trabalho, são adotados os seguintes elementos fundamentais da metodologia.

3.1. Tipo de pesquisa

Define-se como principal coordenada metodológica a pesquisa exploratória de caráter qualitativo, com o auxílio de alguns instrumentos de pesquisa. De acordo com Piovesan e Temporini (1995), a aplicação da pesquisa exploratória de abordagem qualitativa tem a finalidade de elaborar instrumentos adequados à realidade estudada.

Nesse sentido, o trabalho se preocupa em conhecer os sujeitos ação da pesquisa. Em todo caso, pode haver o cruzamento de dados quantitativos; esses articulados às vivências reais e experiências individuais e coletivas.

No trato metodológico deve estar o olhar crítico do pesquisador sobre o seu objeto de pesquisa, percebendo possibilidades e limites. No nível das técnicas e métodos qualitativos a observação nunca é um dado puro, isento da subjetividade humana. O pesquisador não é um ser destituído de informação e carrega para a pesquisa suas próprias concepções de mundo e experiências sociais que o influenciarão francamente (GONÇALVES; LISBOA, 2007).

Quanto aos métodos de coleta de dados, primeiramente, foi realizado um levantamento da bibliografia especializada sobre o assunto que balize tanto a problemática central deste trabalho como também todo o desenvolvimento de sua discussão.

A metodologia empregada pelo Museu no desenvolvimento do projeto “*Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*” foi a de História Oral. Esse é um recurso metodológico que nos coloca diante de inúmeras possibilidades, mas também de grandes desafios, afinal, a memória tem seus deslizos e carrega marcas dolorosas. A história oral como método “tem como objeto o passado tal qual concebido por quem o viveu, ou seja, a partir de várias visões e interpretações do passado, o pesquisador poderá empreender uma análise comparativa sobre determinados acontecimentos e contextos, partindo do particular para o geral”, dessa forma, resgata-se e valoriza as fontes qualitativas em detrimento das quantitativas e sua pretensa ambição científica (PRIMO; ARAÚJO, 2018, p.4-5). Como apontam Gonçalves e Lisboa (2007, p. 87), “o relato de uma pessoa sobre a sua própria vida, seus valores, sua cultura, não podem deixar de conter dimensões subjetivas.”

A história oral, enquanto método investigativo, tem se mostrado um importante dispositivo de resgate do papel das mulheres na economia popular, reunindo os fios que conduzem as trajetórias de vida a outros construtores da história social e política da sociedade, “valorizando as experiências socioeconômicas e solidárias, os processos de criação de cooperativas e associações – uma área ainda pouco conhecida e um tema pouco pesquisado.” (Idem).

De acordo com as pesquisadoras do MAI responsáveis pelo projeto: “Em Itaipu, as histórias de vida estão intimamente ligadas à ocupação do território, à formação das famílias e grupos de trabalho, ao desenvolvimento econômico e ao universo sociocultural local” (PRIMO; ARAÚJO, 2018, p.2-3).

3.2. Participantes da pesquisa

Para este trabalho foram acessadas todas as 40 entrevistas produzidas pelo MAI, realizadas ao longo do ano de 2017, que envolveram 15 mulheres e 25 homens. No entanto, se priorizou os relatos femininos, sendo os masculinos utilizados para fins de comparação entre

suas vivências e pontos de vista. As mulheres¹ ouvidas nas entrevistas aqui analisadas, possuíam idade entre 43 a 100 anos, eram da comunidade do Canto de Itaipu e mulheres que, de alguma forma, relacionam-se com atividades de produção e reprodução social na cadeia produtiva da pesca artesanal de Itaipu, logo, relevantes à pesquisa. A escolha dos/as entrevistados/as para o inventário participativo, foi feita por meio da realização de uma reunião, em abril de 2017, com membros da comunidade de Itaipu, quando os presentes elencaram nomes e indicaram os membros da comunidade que, em suas opiniões, deveriam ser os contemplados nesta primeira etapa do Inventário. Os critérios, definidos pelos próprios participantes, procuraram abarcar os moradores mais velhos e, também, personalidades icônicas do local, tratam-se de lideranças locais, pessoas que possuem expressiva inserção na pesca, vivência na comunidade ou experiência e convívio no cotidiano da mesma.

3.3. Instrumento

O principal instrumento utilizado foram as entrevistas produzidas no âmbito do projeto “*Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*”, que contou com uma equipe composta por duas técnicas do MAI, duas bolsistas e uma mulher integrante da comunidade, filha e irmã de pescadores. Estas foram norteadas por um roteiro semiestruturado elaborado pelas técnicas do MAI, constituído de perguntas simples que versaram sobre temas genéricos encadeados cronologicamente (PRIMO; ARAÚJO, 2018) não se buscou estabelecer nenhum recorte específico, como de gênero.

3.4. Procedimentos de coleta e de análise de dados

Na etapa da coleta de dados recorre-se às entrevistas abertas e semiestruturadas produzidas pelo MAI. Como também às entrevistas não estruturadas ou informais resultantes do trabalho de campo anterior, marcadas pela espontaneidade dos participantes, sem a necessidade de um roteiro rigoroso de questionário pré-estabelecido.

Os dados empíricos que corroboram para as reflexões e resultados alcançados, resultam das minhas experiências e atuação prévia de pesquisa e extensão no campo estudado através do programa PAPESCA/UFRJ e estágio no MAI, como citado anteriormente, estas possibilitaram a aproximação e criação de laços de confiança com a comunidade pesqueira,

¹ No sentido de resguardar a identidade das mulheres que foram entrevistadas, a pesquisa utilizou códigos de identificação, que estão apresentados no ANEXO I.

reflexão e investigação sobre o tema, bem como registros de dados primários em caderno de campo, fundamentais para um maior domínio sobre o trabalho. Estas atuações garantiram as condições necessárias para a participação em reuniões da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (RESEX) - importante espaço político representativo das/os pescadoras/es - , acompanhamento da vida cotidiana da comunidade e aproximação de mulheres que possuem vínculo com a Pesca. Neste período, dentre os espaços de inserção no campo no tocante à temática de gênero, destaca-se o I Encontro de Comunidades Pesqueiras afetadas por Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro, organizado pelo PAPESCA e FUNBIO, realizado no Museu de Itaipu, que contou com uma roda de conversa de pescadoras e mulheres de comunidades pesqueiras, com a participação de três mulheres de Itaipu e onze de outras regiões do estado, onde foi discutido questões específicas do universo feminino pesqueiro.

As reflexões que emergem dessas atuações geram as primeiras inquietações que dão sustentação a problematização deste trabalho, assim como passam a estimular as investigações prévias na comunidade pesqueira de Itaipu, com olhar atento as experiências femininas e questões de gênero. Dessa forma, foi possível estabelecer uma aproximação inicial a temática estudada, e o objeto de pesquisa foi sendo construído a partir de percurso metodológico ao invés de restringi-lo a hipóteses prescritas e obedecer a procedimentos rígidos (DEMO, 2013) assim, o entendimento do mesmo foi se desenhando por meio de uma interação interdisciplinar da ciência.

Na coleta de informações pelo trabalho de campo prévio, foi recorrido de modo instrumental o método da observação participante, que, de acordo com os diversos graus de observação deste viés, apresentados por Becker (1994), pode-se dizer que minha atuação se aproxima ao de caráter parcial em determinado período, haja vista a inserção, convivência frequente e de longo tempo no território.

Outra técnica utilizada para obtenção dos dados, foi inspirada na prática da “sociologia da vida cotidiana”, a partir de conversas informais e cotidianas, sobre o tema estudado, que permitiam, e às vezes até incentivavam, que o indivíduo falasse livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. Nos momentos de diálogo e vivência em campo, foi realizado registros em caderno de campo (NETO, et al, 2009), em que se escrevia as percepções das atividades de pesca.

Com relação às entrevistas realizadas pelo Museu e analisadas neste trabalho, foi disponibilizado, por parte do MAI, acesso ao drive do projeto e a todo material coletado para o mesmo. O Projeto “*Inventário participativo de pessoas e memórias*” surge em Itaipu da

necessidade de o Museu discutir com os pescadores/as e moradores da comunidade os sentidos atribuídos aos diferentes referenciais culturais desse território, com base na atual legislação do campo dos museus e do patrimônio, indo de encontro ao discurso museológico centrado exclusivamente no passado arqueológico, distante e desconectado das populações tradicionais que vivem secularmente no local (PRIMO; ARAÚJO, 2018, p.1). As entrevistas foram filmadas e gravadas pela equipe de técnicas do MAI, e posteriormente transcritas e revisadas, dando uma média de 30 laudas cada entrevista. Foram realizadas na casa da/o entrevistada/o ou no espaço do Museu, escolha esta determinada pela/o própria/o entrevistada/o.

Enquanto estagiária de pesquisa no MAI, me vinculei a segunda etapa do Projeto de Inventário, posteriormente a realização das entrevistas, em que, entre outras tarefas, contribui na transcrição, revisão e análise de todo material coletado. Destaca-se que, neste momento posterior de reflexão e análise, a ausência do enfoque de gênero, entre outros marcadores sociais, como raça e orientação sexual, passam a ser problematizados. Constata-se que ao neutralizar ou generalizar as perguntas, sem incorporar os recortes de especificidades presentes neste contexto, acaba-se por privilegiar - ainda que não intencionalmente - o ponto de vista hegemônico, ou seja, a pesca como atividade masculina, limitando-a à figura do pescador. Foi a partir das narrativas individuais e coletivas da comunidade local, no entanto, que as questões femininas emergiram - ainda que as perguntas formuladas não tivessem este recorte inicialmente - demonstrando a urgência de trabalhos direcionados às mulheres e suas memórias. Por este motivo, os dados empíricos acessados para este trabalho não dão subsídios suficientes para um aprofundamento da dimensão interseccional, impossibilitando uma análise de raça e gênero conjuntamente. Não se têm, por exemplo, a autodeclaração de cor/etnia das mulheres entrevistadas.

No entanto, se por um lado a lacuna da questão de gênero traz uma limitação às possibilidades de análise das questões propostas pela monografia, por outro, é uma informação que valoriza as análises feitas, visto que demonstra os limites das fontes. Ademais as perguntas amplas e generalizadas, feitas, de maneira geral, igualmente para todas/os as/os participantes, permite obter comparações entre conjunto de respostas de diferentes respondentes para efeito de generalizações, possibilitando extrair um rico material que nos servirá de base para discutir a problemática central deste trabalho.

O que importa, neste momento, é captar o movimento concreto da dinâmica social dentro da qual as participantes estão inseridas, com foco a identificar as percepções que

carregam sobre si como mulheres, trabalhadoras da pesca e agentes sociais históricos, além das relações que estabelecem com o outro.

Utilizar entrevistas com as mulheres pescadoras parte de uma perspectiva de pensar e divulgar o conhecimento científico a partir das experiências dos sujeitos ação, cujas vivências, historicamente silenciadas, têm muito a dizer. Nesse sentido,

[...] ‘lugar de fala’ possibilita um olhar sobre as experiências dos corpos subalternizados valorizando o lugar comum, compreendido como *locus* social que atravessa as experiências coletivizadas desses corpos [...] Não se trata, portanto, de afirmar experiências individuais, e, sim, entender como o lugar social que certos grupos ocupam implica na forma de caminhar pela vida. É a essa perspectiva de ‘lugar de fala’ como construção social que Djamila e o livro estão posicionados. Desse ponto de vista, os estudos centrados nas análises dos lugares de fala colocam em destaque as estruturas sociais que atravessam as experiências coletivas vivenciadas por grupos (SANTOS, 2019, p. 361).

Nesse sentido, do ponto de vista metodológico, a técnica escolhida para a análise de dados foi a Análise de Conteúdo, esse voltado a “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre os quais se debruça” (PICHEUX, p. 43 apud FRANCO, 2005, p. 10). Em uma entrevista vários sentimentos podem ressurgir nos participantes, palavras e sensações que nem os próprios conseguem distinguir ou, do contrário, podem sistematicamente selecionar para não se comprometerem em demasia. Cabe ao pesquisador, mais uma vez, uma postura crítica, bem como um vasto arsenal de instrumentos teóricos e metodológicos capazes de identificar as nuances e contradições assimiladas aos diferentes discursos trazidos pelos entrevistados e pelas entrevistadas.

Todo indivíduo é um ser carregado de bagagens, produto de suas vivências pessoais e coletivas. Os discursos e as práticas humanas não deixam de ser condicionadas por condições contextuais que assimilam sua experiência histórica, por situações socioeconômicas e socioculturais dentro das quais os sujeitos estão inseridos.

Neste sentido, a Análise de Conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação (FRANCO, 2005, p. 14).

A Análise de Conteúdo consiste em um arsenal de procedimentos objetivos e sistemáticos para a descrição do conteúdo das mensagens e implica a busca pelos significados sociais da informação a que se quer ter acesso. Esta se afasta, portanto, de uma abordagem meramente descritiva e isolada, ou ainda sem qualquer mediação com dados contextuais.

4. RESULTADOS

Primeiramente, a fins de contextualizar a realidade estudada, se apresenta aspectos conjunturais e conflitos territoriais da Comunidade Pesqueira de Canto de Itaipu pertinentes ao trabalho.

Na segunda seção, a partir das memórias das mulheres, são resgatadas as atividades femininas produtivas e reprodutivas do passado, identificando seu papel histórico, os espaços que eram ocupados por elas e seus domínios laborais, bem como os vínculos e contribuições de suas práticas na manutenção da atividade pesqueira artesanal e tradicional de antigamente.

A seção seguinte, remonta o período das grandes transformações na comunidade, onde se busca focalizar no “lado feminino” desse processo, demonstrando de que forma essas mudanças externas impactaram particularmente o modo de produção e força de trabalho das mulheres. Tendo como consequência o declínio da participação da mulher na economia popular da pesca e sua inserção no mercado informal de trabalho, quando passa a se sujeitar à relações laborais precarizadas, como forma de garantir a sobrevivência do grupo e suas famílias de pescadores/as. Entende-se aqui que a análise territorial e sistema do universo pesqueiro a partir do olhar de uma ciência sensível, é fundamental para compreender a economia popular da pesca e suas formas de organização de trabalho que se transformam a partir da interação desses trabalhadores com o meio.

Por último, se apresentam as formas de participação e contribuição das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal, as novas configurações e economias populares femininas, marcando a pluriatividade e múltiplas ocupações que compõem a categoria das trabalhadoras da pesca na contemporaneidade.

4.1 Caracterização da comunidade pesqueira

O território que trata este estudo é a comunidade pesqueira de Canto de Itaipu, localizada no bairro de Itaipu, com cerca de 500.000 habitantes e área de 133.916 km (COUTINHO et al., 2015) integrando a região oceânica de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Geograficamente, a comunidade tem seus limites integrados pelo Morro das Andorinhas, ao Sul pelo Oceano Atlântico, a Oeste pelo Canal de Itaipu e ao Norte pela lagoa de Itaipu (RODRIGUES et al., 2018), “O restante da faixa de areia que continua até a Ponta da Galheta constitui-se em um dos locais mais valorizados pelo mercado imobiliário de Niterói e pelo turismo de Camboinhas” (MIBIELLI, 2004, p. 14).

Na década de 1970 intensificaram-se as ações do mercado imobiliário capitalista sobre Itaipu, principalmente na área administrativa do município denominado de Região Oceânica, uma região fortemente impactada pela ocupação espacial, transformação urbana e degradação socioambiental dos últimos quarenta anos (WERMINGHOFF; GIRÃO; FERNANDES, 2012). Antes desse marco temporal “os laços de poder e as relações estreitas dos interesses locais permaneceram” (JUNIOR, 2018, p. 255).

Esse intenso processo de urbanização, que se iniciou na época, foi caracterizado pela ação governamental em favor da especulação imobiliária e em detrimento dos interesses, dos valores, dos costumes e da tradição da população local. Em 1973, o grupo imobiliário Veplan Residência Empreendimentos e Construções S/A comprou 89% das ações da Companhia Territorial de Itaipu, a mesma que em 1945 havia projetado e conduzido o loteamento da Cidade de Balneária de Itaipu. Também, naquele mesmo ano, as obras da Ponto Rio-Niterói foram concluídas, sendo essa ocasião utilizada como pretexto para novas intervenções no espaço urbano de Itaipu. As informações vinculadas pela grande imprensa diziam que a região, além de ponto turístico, caminharia na direção de tornar-se um futuro grande bairro, em razão dos projetos imobiliários que corriam a pleno curso, graças à mão nada invisível do Estado burguês, licenciando as intervenções o mercado imobiliário na localidade (LPS, 2019).

Porém, na contramão dessa expectativa, ao longo dos anos, teve-se uma ocupação desorganizada e intensa degradação socioambiental promovidas pelo mercado imobiliário e devidamente licenciadas pela prefeitura de Niterói. Nesse sentido, situa-se a elaboração do Plano Estrutural de Itaipu, aprovado em 1977, desenvolvido pelo escritório de arquitetura do urbanista Henri Cole e inspirado nos modelos Europeus e norte-americanos, ou seja, sem qualquer ligação ou atendimento às demandas locais. O projeto substituiria o antigo loteamento da Cidade de Balneária e previa “a existência de ilhas artificiais e marinas construídas dentro da lagoa de Itaipu. O resultado dessas obras é ainda nos dias de hoje a existência de um contraste, mais que marcante entre os bairros de Itaipu e Camboinhas” (JUNIOR, 2018, p 261).

A aliança entre mercado imobiliário e a prefeitura da Cidade de Niterói, em torno do Plano Estrutural de Itaipu, impôs a retirada de famílias inteiras de pescadores da beira da praia, impactando negativamente o cotidiano e a economia da pesca artesanal naquele lugar. A área foi dividida entre a praia de Itaipu, faixa de areia que se estende a Morro de Andorinhas até o canal que liga a lagoa de Itaipu ao mar (MIBIELLI, 2004), esse criado em 1977, e Camboinhas, parte extensiva que fica do outro lado do canal, “uma praia reservada

aos interesses da classe média urbana que passou a habitar majoritariamente a região” (JUNIOR, 2011, p. 261).

Para os pescadores, o canal não só significou a divisão geográfica do espaço, que por si já constitui um grande ataque aos seus interesses de classe, como também provocou impactos no seu espaço de sociabilidade e na manutenção de suas atividades de subsistência. Como observa Mibielle (2004, p. 14), “isto dificultou o transporte do pescado, afetando assim sua atividade econômica e causando também a desapropriação das casas e ranchos de pesca dos pescadores que residiam na área, que abrange todo o espaço desde o canal até a ponta da Galheta”.

Figura 1 – Divisão da Praia de Itaipu após construção do canal



Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem do Googles Earth

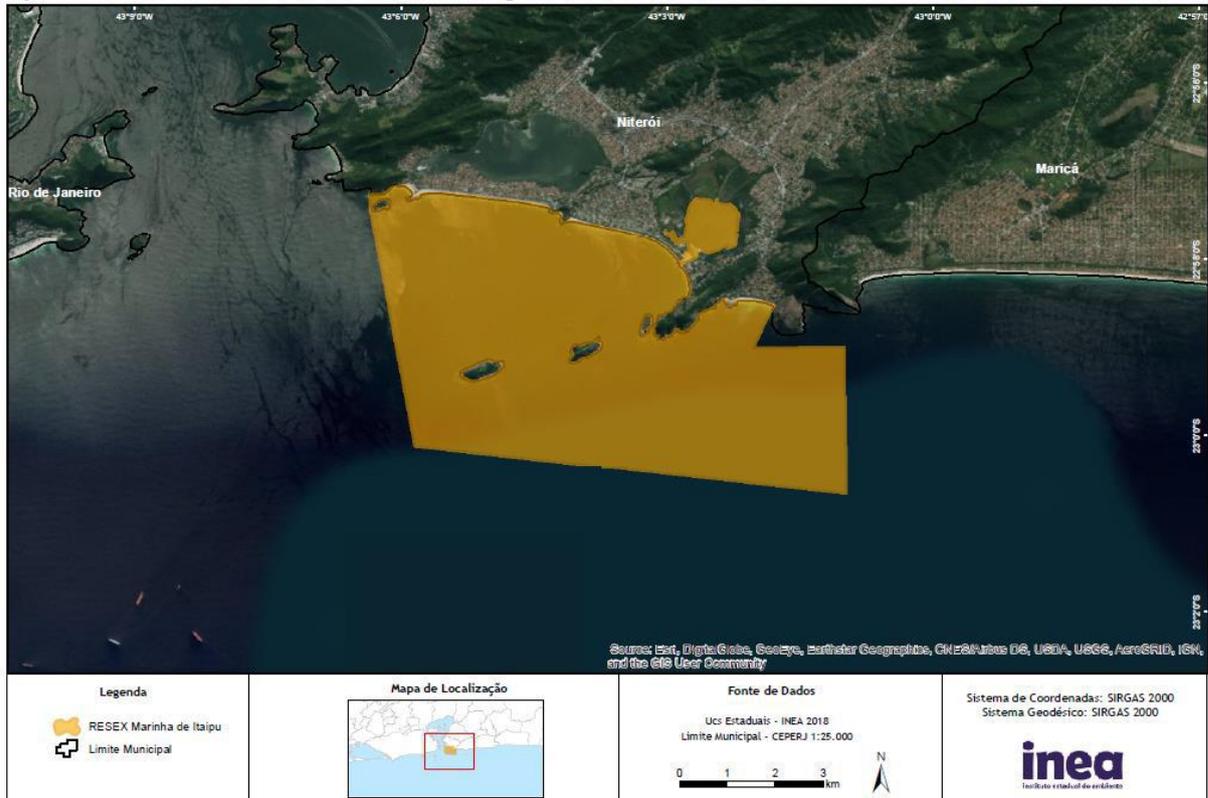
No âmbito em que se processam as questões ambientais, a ligação permanente da lagoa do Itaipu ao mar, por meio desse canal, ocasionou “o esvaziamento da superfície das lagoas de Piratininga e Itaipu ao mínimo, liberando áreas que constituíam o leito sazonal das lagoas (terras públicas), para serem loteadas e comercializadas”, além disso, os projetos acarretaram a quase destruição total da vegetação “de restinga de Cambainhas, erradicando milhares de árvores, arbustos e ervas nativas, além da fauna associada, atropelando os Códigos Florestais vigente em 1934 e 1965”. Outra consequência foi a destruição do sítio arqueológico de Cambainhas e Duna Pequena (LPS, 2019).

Mas não sem resistência. Enquanto a imprensa liberal, ligada aos interesses dos grandes empresários, celebrava os novos empreendimentos locais, no campo das lutas sociais a população, que mais sofria com os avanços dos tratores sobre suas casas e terras, saía em defesa do meio ambiente e das condições de manutenção de suas atividades econômicas (ainda que esse debate fosse bastante incipiente à época). A mobilização da sociedade organizada resultou no primeiro estudo sobre o impacto ambiental do Brasil; o Relatório de Influência sobre Meio Ambiente do Projeto Estrutural de Itaipu, publicado no ano de 1979 (LPS, 2019).

Em 2017, a Veplan foi condenada pelo Tribunal de Justiça por vender terras públicas em Camboinhas. A condenação a tardar, no entanto, não conseguiria reverter os impactos negativos ocasionados pelos anos de exploração desenfreada, de intensa degradação socioambiental e prejuízos à vida de dezenas de famílias. Na esfera em que se processam os acontecimentos históricos, são muitos os impactos que podem ser observados em relação à vida cotidiana dos moradores da localidade, principalmente no que concerne às famílias de pescadores.

As áreas que servem à pesca, atualmente, pertencem à especulação imobiliária; ademais, as pessoas que vivem da pesca há várias gerações convivem ainda constantemente com a ameaça de despejo. Em 2013, o Decreto Estadual n. 44. 417 instituiu a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, unidade que visa proteger e conservar a pesca artesanal na localidade, objetivando frear a pesca predatória e garantir a exploração sustentável dos recursos naturais por parte da comunidade. Contudo, a denúncia é de que, sete anos depois, a reserva ainda não saiu do papel (COUTINHO et al., 2015; ARAUJO, 2020, online).

Figura 2: RESEX – Reserva Extrativista de Itaipu



Fonte: INEA

No Canto do Itaipu, atualmente, estão localizados os pescadores, esses sendo residentes ou não, ainda que expressiva parte deles resida em outras regiões, como é o caso do Engenho do Mato ou Cantagalo. Com relação à estrutura local, observa-se a concentração do comércio, com peixaria, padarias, mercadinhos, além de bares e restaurantes, ambos com atendimento intenso aos turistas aos finais de semana e feriados, sobretudo no verão.

Portanto, a região de Itaipu, desde a sua fundação como Freguesia no século XVIII, foi reconhecida por sua produtividade diversificada e especialização do mercado de pesca, todavia, sua reprodução técnica pesqueira e de outros gêneros agrícolas de subsistência se realizava sobretudo com vistas a garantir ganhos coletivos (JUNIOR, 2018). Nos últimos anos, não obstante, houve uma incorporação de atividades cuja lógica de mercado capitalista é preponderante, objetivando adaptar-se às demandas criadas pelos processos de transformação urbana. Com os desdobramentos desses processos, o próprio sentido de ser pescador passou a ser ressignificado ao longo do tempo (MIBIELLE, 2004).

4.1 Participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca em Itaipu: uma análise pelo tempo e espaço

A fim de privilegiar o ponto de vista das mulheres e se aproximar da identidade feminina da pesca em Itaipu, esta análise pretende investigar como a organização produtiva e reprodutiva das mulheres da comunidade pesqueira de Itaipu se (re)constrói no tempo e espaço, modificando o cotidiano feminino na localidade e suas formas de articulação com a pesca.

Nas entrevistas analisadas, depara-se com relatos de realidades diferentes, paralelas, que ora se cruzam e ora se distanciam umas às outras: da rígida demarcação de papéis femininos à improvisação de sua sobrevivência precária. O estudo com olhar interseccional do trabalho se mostra importante para compreender este campo.

Vejamos a seguir os vários trabalhos de que faziam e fazem as mulheres e suas diversas formas de participação na cadeia produtiva da pesca.

4.2.1 O passado e os trabalhos cooperados

O período de antigamente compreende as décadas 1930 a 1960 aproximadamente². Nesse tempo, a terra era predominantemente de domínio feminino, era onde as mulheres realizavam seus trabalhos. Já a praia, compreendendo mar e faixa de areia, era percebida, de maneira geral, como espaço de lazer, utilizada pelas mulheres em seus poucos momentos de descanso.

De forma inversa, para o homem, o mar, e em menor escala a faixa de areia, representa seu local de trabalho (no presente, pois tal configuração ainda se mantém), enquanto a terra é tida como espaço de descanso e lazer, tendo em vista a sazonalidade da pesca. Mas também possuíam certas atividades em terra tidas como auxiliares aos trabalhos de responsabilidade feminina.

Através das falas de mulheres mais velhas da comunidade, ou mulheres que relataram as vivências de suas mães e avós, foi possível verificar como elas percebiam/percebem os papéis prescritos da condição de “mulher de pescador”, na responsabilidade pelas atividades

² O passado aqui é constituído a partir do olhar das trajetórias de vidas dessas mulheres, ou seja, pensando nas idades delas e com base na data específica em que as entrevistas foram coletadas, se têm uma previsão que essas mulheres estão entendendo e relatando este passado entre as décadas de 1920 há 1960.

reprodutivas, sobretudo àquelas relacionadas ao cuidado com as/os filhas/os e serviços da casa, como demonstra o trecho a seguir:

Minha mãe sempre foi do lar (+), nunca trabalhou fora, porque mulher de pescador cria filho, né? Não trabalha fora (...) Minhas avós eram donas de casa. Mulher de pescador é dona de casa, filha. Cozinha, lava, passa, arruma, cuida de neto, fogo de lenha, sabe? (Mulher 01, 56 anos, entrevista realizada em 26/07/2017)

Apesar do não reconhecido, o trabalho de cuidado se mostra essencial para a reprodução social do grupo, sobretudo em um modo de vida e dinâmica de trabalho pautado nos ciclos naturais, que exige dos/as pescadores/as deslocamentos por longas distâncias e períodos, submetendo-se às dinâmicas do meio, marcadas por intemperes e imprevistos, como exposto no seguinte relato:

Meu marido, pai dos meus filhos, pescava em traineira em Jurujuba, mas saía para fora para pescar. Passava uma semana, duas semanas, depois que ele voltava. A vida dele era assim. (...) (Eu) ficava com meus filhos. Ele me deixava grávida, quando voltava encontrava o filho na cama deitado (Mulher 02, 89 anos, entrevista realizada em 28/04/2017).

Porque minha mãe faleceu (...) E meu pai não tinha condições de ficar com os filhos todos, né?! Como que para criar, né, como? Sozinho, pescador, saindo de madrugada? (...) Aí deu para adoção todo mundo, né?! (Mulher 03, 66 anos, entrevista realizada em 19/05/17)

De acordo com estudos em outras comunidades de pesca, apesar dessas atividades reprodutivas desempenhadas pelas mulheres serem classificadas como “improdutivas”, são cruciais para bem-estar e manutenção familiar e do grupo, na continuidade da atividade pesqueira, visto que, não só o núcleo familiar depende da mulher, como a organização produtiva servem de subsídio para os membros que atuam no meio produtivo, logo, possuindo importância também econômica (FUNARI et al, 2020; MELO; CASTILHO, 2009; FONSECA et al 2016). A despeito desse processo, Maneschy (1995, p.162) acentua:

Ao se ocupar dos filhos, transmitindo-lhes também parte dos conhecimentos naturalistas necessários para o exercício futuro da profissão de pescador, ao manter a casa e, com mais frequência do que se supõe, tecendo e remendando redes de seu companheiro, a mulher está garantindo condições para que ele possa repor suas energias e retomar todos os dias ao mar. Seu trabalho "gratuito" na reposição dos instrumentos, significa ainda uma das estratégias de acesso dos pescadores à propriedade do material de pesca, que é dispendioso e sujeito a rápido e intenso desgaste, especialmente as redes.

O espaço da casa também se estendia para o território que, na época, era mais livre e comunitário, com demarcações de propriedades menos rígidas. Era possível, assim, destinar certa área ao redor das casas para agricultura, “antigamente qualquer casa que você ia daqui da roça fazia (comida)” porque “não era muro (...) Aí você tinha casa e quintal e o vizinho tinha casa e quintal” (Mulher 01), um espaço onde podiam “catar coisas no quintal para

comer” criar animais de pequeno porte e aves, que complementavam a alimentação (e indiretamente a renda), fundamentais para a subsistência do grupo. Além dos quintais individuais, o território de forma geral também era visto como espaço onde poderiam dispôr de recursos para a alimentação e “tudo isso. Tudo sem agrotóxico, né? Não tinha perigo nenhum” (Mulher 04).

A roça ou o quintal geralmente eram espaços de trabalho feminino, onde a cooperação do homem em tarefas pontuais assumia caráter auxiliar. Além das atividades que perpassavam a sementeira, o cultivo, a colheita, cabia a elas o processamento e preparo da comida tanto vindas do mar, como da terra.

Nesse sentido, percebe-se que no contexto da alimentação familiar as atividades de mulheres e homens possuem caráter de cooperação e não escalonado, em termos da contribuição feminina e masculina em que “o homem trazia do mar o pescado, principal fonte de proteína animal, a mulher trazia da roça, do quintal” (WOORTMANN, 1992, p.4). No entanto, diferente dos homens, as mulheres deveriam estar sempre disponíveis para a tarefa de preparo quando o homem trazia o peixe. Ao considerar o aspecto sazonal da pesca e “perecividade” do peixe, destaca-se a importante tarefa feminina de salga e secagem do pescado, que possibilitava seu consumo por período mais longo, bem como sua comercialização. Tal procedimento também era adotado nas carnes, devido à ausência de luz e, conseqüentemente, da geladeira ou do gelo. Uma das mulheres conta com mais detalhes o processo tradicional de salga³ realizado:

Pelas mulheres. Comia muito peixe salgado, salgava o peixe, tipo bacalhau, só que peixe daqui, era tainha, bagre, peixe grande, dava o nome de escalar, abre pelas costas, tira a espinha e taca sal grosso e aí coloca no sol para secar e depois fazia, fazia desfiado, bolinho de batata aquilo, fazia molho, com batata ensopada, pedaço grande e pequeno. (Mulher 01, 56 anos, entrevista realizada em 26/07/2017)

No âmbito da economia familiar e solidária, a produção agrícola feminina, apesar de significativa, era destinada principalmente ao consumo familiar e subsistência do grupo, mas, para além de envolver os familiares, fortalecia laços de solidariedade entre conhecidos da mesma comunidade, possibilitando uma lógica não mercantil de consumo entre as mulheres caracterizavam-se mais pelo valor de uso e por um "valor de troca" no plano da reciprocidade. (e outras famílias), “Não tinha esse negócio de venda, trocava. Trocava alimento. Uma levava

³ “A salga é um dos mais antigos métodos de preservação de alimentos”, que “visa à conservação do pescado pelo uso do sal comum” onde “atua na inibição enzimática tanto do pescado quanto de bactérias, possibilitando a estabilidade microbiana no músculo do pescado”, por meio do processo de entrada de sal e saída de água (LINS, 2011, p. 31).

bolo para outra” (Mulher 01). A troca de suas verduras, legumes e frutas assumia importante papel na complementação nutricional, segurança e autonomia alimentar dessa população, além de orientar as relações cotidianas e dando sentido à vida dessas famílias: “Quantas vezes a gente saía daqui com laranja, verdura, (...) aí quando Natalino ia pegar uns peixes, a gente trocava. (...) Aí plantava feijão, colhia e dava 3, 5 quilos de feijão para eles” (Mulher 04).

As atividades reprodutivas, todavia, não se limitavam ao espaço da casa e dos arredores. A busca pelos bens naturais e comuns, essenciais para as tarefas reprodutivas à época, como lenha e água, eram também atribuições eminentemente femininas, trabalho relatado, como bastante pesaroso:

Na Lagoa tinha uns poços comunitários (...) Ia todo mundo para lá, era eu, Mulher 2, Mullher X... (2.5) a gente ia pegar água, sabe essas latas de manteiga? Levava uma toalha, fazia rodilha, colocava na cabeça e colocava lata de água. Eu vinha com a lata na cabeça sem segurar! (...) a gente dava cinco, seis, dez viagens lá para pegar água (Mulher 05, 64 anos, entrevista realizada em 05/06/17)

Vinha, tinha uma bomba, tinha torneira que a gente apanhava, ficava aquela fila de mulher, aí depois veio para aqui, botaram aqui na frente. (Mulher 02, 89 anos, entrevista realizada em 28/04/2017)

A saúde e religião eram pautados pelo saber-fazer feminino. No domínio familiar, e também comunitário, a mulher era o principal agente de saúde, “tinha muito sabe o que, naquele tempo? Homeopantias” (Mulher 02) era ela quem detinha os saberes tradicionais relativos a doenças, fabricação de remédios, bem como o cultivo e domínio do manejo de plantas medicinais e “em casa fazia dose para dar para as pessoas” (Mulher 02). Em algum grau, cada vez menor, ainda hoje são geralmente as mulheres que guardam estas memórias e conhecimentos adquiridos de suas mães e avós. Em Itaipu também “tinham as rezadeiras. Mulheres que rezavam” detentoras dos saberes populares, que atendiam a comunidade: parteiras⁴, raizeiras, rezadeiras, “Elas sabiam muita coisa. Eram sábias” (Mulher 01).

Na organização do trabalho desta comunidade pesqueira, o aspecto da transmissão de conhecimento entre as gerações é também atravessado por uma rígida divisão social e sexual do trabalho. A imposição do espaço domiciliar e familiar às mulheres, condicionava, desde cedo, as pessoas do sexo feminino às aprendizagens geracionais dos trabalhos de reprodução e cuidado, passados de mãe para filha. Sobre isso, uma entrevistada narra com entono os conhecimentos empíricos de serviços domésticos que aprendeu com sua mãe:

⁴ Pelas vozes femininas das entrevistas foram referenciadas cerca de 14 mulheres que atuavam como parteiras da comunidade de Itaipu, cujos nomes eram: Dona Ana, Bernadina, Dona Belinha, Carol Lamiuda, Dona Cecília, Dona Djalma (Jalma), Dona Julia, Luiza, Dona Malvina, Maria José de Amâncio, Dona Pequena, Verinha e Dona Elídia.

A gente tinha tarefa, lá em casa todo mundo tinha tarefa, está pensando o que? Uma lava louça e a outra seca. Era eu e minha irmã, minha mãe sempre deu tarefa para gente. Por isso hoje a gente é dona de casa, a gente sabe fazer tudo. (Mulher 01, 56 anos, entrevista realizada em 26/07/2017)

Nota-se, porém, que na descrição dos afazeres cotidianos do trabalho, apesar de utilizar a palavra “todos”, a referência se dá aos familiares do sexo feminino (ela, irmã e mãe). Quando indagada se seus irmãos também participavam da divisão de tarefas domésticas - a entrevistada responde, sem pestanejar “eles pescavam desde pequeninhos”, pressupondo um outro lado da moeda, como se fossem áreas de atuação complementares, mas explicitamente separadas, apontando para uma rígida divisão de tarefas de um sexo e de outro (ODILA, 1983). Por sua vez, era através deste universo feminino, no interior de seus lares, que outro conhecimento era transmitido entre as gerações de mulheres: o tradicional ofício de tecelagem e a reparação de redes.

Para além dos trabalhos reprodutivos, essas mulheres assumiam também atividades produtivas, geralmente, no mesmo espaço da Casa - com letra maiúscula, como referência não somente ao espaço domiciliar e familiar, condicionado às mulheres, mas à casa material que se torna uma das principais estruturas físicas na unidade de produção familiar (RODRIGUES, 2018). Por meio dos depoimentos foi possível verificar que, pelo menos, desde os anos 30, e possivelmente antes disso, as mulheres já ligavam-se diretamente ao processo produtivo através de seu ofício enquanto artesãs; eram elas as responsáveis pela tecelagem e conserto das redes de pesca, “todas feitas em casa, se você chegasse em qualquer lugar tinha uma janela com aquele preguinho para pregar para fazer”. “todo mundo fazia lá, toda mulher de pescador”, “porque antigamente não tinha rede pronta” (Mulher 06), tarefa relatada como uma atividade divertida e prazerosa. Esta atividade, inclusive, parece ter sido a única comentada em estudos etnográficos das décadas passadas, em que se menciona a participação das mulheres na pesca.

Eliana Pessanha e Roberto Kant de Lima foram responsáveis por conduzir as primeiras pesquisas realizadas na comunidade, ainda na década de 70 (JUNIOR, 2018). Em relação ao trabalho de Eliana Pessanha, Rodrigues et al (2018) comentam que apesar de seu estudo dar ênfase as atividades produtivas, não incorpora nessa perspectiva a questão das atividades reprodutivas da vida social. No entanto, Pessanha (2003) ao longo de todo seu livro “Os Companheiros: Trabalho e Sociabilidade na pesca de Itaipu” apenas faz menção às mulheres em dois momentos, mas ressalta a participação das mesmas nas atividades (produtivas) de tecelagem e reparação de redes, destacando o aspecto geracional dos saberes

relacionado ao ofício, transmitido entre as mulheres da comunidade. E ratificando os relatos das entrevistas aqui acessadas, a autora reforça que em todas as casas existia pelo menos uma mulher que soubesse costurar as redes, ao mesmo tempo em que pontua, que tal ofício, já àquela época, se encontrava em acelerado declínio. Sobre a descrição dessa atividade Pessanha (2003) complementa:

As mulheres e filhas dos pescadores haviam sido inteiramente responsáveis, num passado mais distante, pela confecção das redes utilizadas [...] que teciam com fio vegetal (gerba) de acordo com as especificações requeridas pelos diversos tipos de peixe e técnicas de captura (PESSANHA, 2003).

Já sobre os estudos de Roberto Kant de Lima, Rodrigues et al (2018) que ao investigarem de que forma as mulheres aparecem na obra do autor, concluíram:

encontra-se um capítulo denominado “Os Homens”, e, mesmo mencionando vez ou outra a habilidade das mulheres em tecer redes, no capítulo em que descreve as canoas e redes, relata-se todo o processo material e imaterial transgeracional da confecção das canoas pelos homens e nada se diz do processo de confecção das redes. Os autores trazem ainda quando da descrição da transmissão transgeracional de conhecimentos entre pescadores, homens e meninos, a justificativa de que: “em relação às meninas, não coletei dados mais detalhados, o mesmo acontecendo às tarefas domésticas femininas, não porque não as considerasse importantes, mas por falta de oportunidade e tempo” (LIMA e PEREIRA, 1997).

As mulheres também participavam do trabalho de tingimento das redes de pesca, “naquela época não tinha rede tingida como tem nylon, hoje tem verde, azul ne?” (Mulher 06), nesse processo utilizavam a casca de aroeira para fazer a tintura. Em relação a esses trabalhos artesanais desempenhados pelas mulheres, de forma geral, percebia-se uma menor preocupação com o dinheiro, já que este era menos importante naquela época, mas sim uma possibilidade de estabelecer trocas e outros vínculos a partir da construção de um certo “capital social”; dessa forma, “A mulher, portanto, tecia não apenas redes de pesca mas também redes Sociais” (Woortmann, 1992, p.4).

Apesar de ausentes nos registros, o trabalho feminino, já nessa época, contribuía para mercado de peixe através da limpeza e preparação do pescado, ou da tradicional salga do pescado (que se confundia no trabalho reprodutivo de preparação da alimentação família). Este processo de beneficiamento transformava o peixe em mercadoria, possibilitando sua conservação e agregando valor na comercialização.

O trabalho feminino do passado, que se constituía a partir de saberes fundamentais no universo cultural e social do grupo, conferia maior prestígio as mulheres, enquanto detentoras de uma condição social que hoje se desagregou (WOORTMANN, 1992, p.4).

Como visto a praia (areia e/ou mar) não era entendido como espaço feminino, “mulher de pescador ajudava assim, fazendo rede em casa, mas não tinha outros afazeres na praia” (Mulher 01). No entanto, através de alguns relatos de vida, desvela-se que na areia já existia um certo improvisar de pequenos ofícios e “papéis informais”, não prescritos, que anunciavam o início de uma conquista das mulheres pelo espaço da praia, em cooperação com o homem. Esses trabalhos, no entanto, já assumiam um caráter mais mercantil, marcados pela busca por meios de subsistência e de “um ganha-pão”. Se caracterizavam por atividades múltiplas e acumuladas, uma delas era a participação na puxada de lance da pesca de arrasto de praia (modalidade tradicional de pesca em Itaipu), que lhes garantia alguns restos de peixe, o que se configurava tanto por trocas recíprocas, que contribuía para subsistência, mas principalmente permitia “ganhar peixe para poder vender (...), já entrava dinheiro para dentro de casa, né? Tudo tinha que aparecer dinheiro” (Mulher 06). Outro trabalho que se assoma nos relatos se refere a venda de alimentos, doces e salgados na praia, na qual a rotina na areia consistia em botar “o tabuleiro na cabeça de madrugada e ia sair para vender. tinha um:/os pescadores estavam puxando rede, trabalhando, e tem fome, né?” servindo de insumo alimentar para o trabalho da pesca. Bem como se observa o aparecimento de pequenas biroskas e pensões geridos por mulheres, normalmente improvisadas no espaço das casas próximas a praia.

Da mesma forma que observado por Maneschy (1995) sobre comunidades pesqueiras do Pará, a atividade de pesca de Itaipu caracterizava-se, pois, por um processo mais amplo de trabalho, que ia muito além da captura de pescado. Segundo a autora, nesses contextos, a família ocupava papel fundamental, atuando como uma unidade técnica de produção.

A unidade de produção familiar que prevalecia naquele tempo coincidia com a unidade doméstica. Aproximando-se da definição proposta por Almeida (1986) ao trabalhar com famílias rurais e camponesas, o grupo doméstico era aquele constituído por pessoas que compartilhavam a casa e/ou a cozinha, em trabalho conjunto, ou seja, se refere à unidade residencial, de consumo, que se torna também de trabalho. As atividades femininas desempenhadas nesse espaço possuíam uma estreita articulação com o espaço-atividade do mar, e eram vistas de forma mais cooperada e menos escalonadas. O objetivo principal da unidade era a autossubsistência, bem como a produção de artefatos e insumos de produção que diminuía a necessidade de buscar supostos fora da unidade doméstica ou comunidade (WOORTMANN,1992).

4.2.2 A chegada do progresso e os trabalhos precarizados

A partir do final dos anos 60 se observa, de forma mais significativa, o início das transformações acarretadas pela ascensão do modelo desenvolvimentista, que afetaram profundamente o modo de vida da comunidade tradicional como um todo e, de modo específico, a força de trabalho feminino. O processo de urbanização de toda a região que cerca a comunidade pesqueira, aproximando-a de realidades outras, é sintetizado na fala da maioria das entrevistas como “a chegada do progresso”. O dito progresso, ganha, porém, dimensões múltiplas e dicotômicas, mas em todas elas revelam as grandes mudanças nos cotidianos das mulheres de Itaipu “Tudo vai acabando, acaba tudo, acho que esse progresso não vem para melhor não, acho que para pior, antigamente era bem melhor” (Mulher 01).

A modernização da vida chega em forma de remédio, agora pago e não mais coletado nos quintais; o conhecimento popular tradicional de cuidado dá lugar ao científico; substitui o conhecimento popular tradicional de cuidado e altera, de certa maneira, a relação feminina com a natureza. Com o avanço dos produtos industrializados, aqueles processos e implementos feitos artesanalmente, sobremaneira, por mãos de mulheres, perdem aos poucos sua importância. Algumas das inovações técnicas da indústria da pesca que se inicia na década de 1960, observadas em várias regiões do país, são apresentadas por Maneschy (1995, p.152) “uso do náilon, substituindo o fio de algodão na confecção de redes e linhas, cuja manutenção era laboriosa. O poliestireno, por sua vez, ocupou o lugar das antigas bóias de cuia, preparadas artesanalmente. Posteriormente, foi introduzido o gelo para conservar os peixes”, e que de acordo com pescadores/as de Itaipu, passa a encarecer o trabalho artesanal da pesca.

Tais transformações modificam profundamente o conjunto de tarefas articuladas à pesca, sobretudo desempenhadas pelas mulheres, que iam desde a confecção e conserto de rede ao tradicional processo de salga do pescado fundamental para a conservação do recurso, que deixa de ser necessário com a chegada do gelo. As atividades produtivas artesanais tradicionais desempenhadas pelas mulheres, que eram, até então, o que melhor caracterizava a cooperação entre o trabalho feminino e o masculino, entram significativamente em declínio; conseqüentemente, a transmissão intergeracional desse saber tradicional diminui na mesma medida, em um processo que a acaba por “envelhecer a prática”. Sobre este processo de desaparecimento do ofício feminino na pesca, também observado em outras regiões do país, Silva e Leitão (2016, p.15), ressaltam:

E o “esquecimento” do trabalho dessas mulheres junto à pesca artesanal acarreta não apenas o prejuízo econômico individual, mas também a desagregação dessa modalidade pesqueira. Ora, a relação da mulher com o ambiente da pesca artesanal

engloba o repasse dos conhecimentos tradicionais às novas gerações. Com o desaparecimento da figura das pescadoras, o que se perde é mais que força de trabalho: perde-se a identidade cultural das comunidades pesqueiras com a consequente a dissolução das próprias comunidades.

Nesse momento a região passa a se transformar mais rapidamente, tendo em vista a acelerada expansão urbana que se aproximava de Itaipu, encurralando a comunidade pesqueira. O marco territorial deste processo de especulação imobiliária foi a construção de um canal, executado pela companhia VEPLAN, responsável por dividir a praia de Itaipu em duas.

A comunidade pesqueira e seu modo de vida foram afetadas diretamente por esse processo. Os impactos ecológico-sociais mais imediatos atingiram diretamente o espaço da terra, principal componente do universo feminino, reverberando mudanças profundas nas condições de vida e trabalho das mulheres, suas atividades tradicionais, seu cotidiano e forma de se relacionar com o território.

A casa, até então o centro das atividades de trabalho feminino, transforma-se em muitos aspectos, a começar pela mudança de lugar, que deixa de existir, “A Veplan expulsou a gente de lá de novo” (Mulher 07). No processo de construção do canal, famílias inteiras de pescadores foram removidas de suas casas, afetando permanentemente o cotidiano da pesca em Itaipu (JUNIOR, 2018), e com o baixo valor de indenização dado pela companhia, grande parte foi obrigada a sair de seu lugar de origem, deslocando-se para outras regiões, sobretudo, favelas afastadas, regiões periféricas e desvalorizadas pelo mercado.

O lugar tradicional passa a ser ocupado por novos moradores vindos dos centros urbanos e veranistas. E a orla, antes composta por casas centenárias, dá lugar aos comércios que passam a disputar o espaço da areia, onde estacionam as canoas e se praticam as atividades produtivas em terra vinculadas a pesca.

As famílias que permaneceram no local deixaram de ter suas extensões de terras livres (terreiros e quintais) “eu vou deixar vocês ficarem aí com a sua casinha, mas pegam nosso terreno” (Mulher 08) e, dessa forma, as mulheres perderam espaço de plantio, suas alternativas de subsistência (complementação) alimentar, bem como a realização dos circuitos de troca dos produtos agrícolas provenientes do trabalho feminino.

As cercas dão lugar aos muros, que passam a impor um padrão de privacidade e propriedade estranho à comunidade. A intensificação da noção de propriedade privada, que tem ligação direta com a estrutura do sistema capitalista, traz consigo um novo sentido mercantil a vida.

Ao mesmo tempo se aproxima a insegurança e a violência, fato que passa a afetar sobremaneira as mulheres mães, preocupadas com a criação de suas filhas(os), antes acostumados a viverem livremente, através do cuidado comunitária e trabalho reprodutivo compartilhado entre as mulheres.

Bem como a presença de pessoas alheias à comunidade e o maior risco que isso sugere, especialmente às meninas e mulheres, acaba por servir como mais um argumento que rechaça a participação feminina em outras atividades na pesca tidas como essencialmente masculinas, que começam a ser mais reivindicadas pelas novas gerações de mulheres, como aponta o narrativa a seguir:

“teve caso de estupro muito sério aqui, (...) E aí começou aquela coisa que eu não podia mais ficar (...) e se chegasse um desses “caras” que não eram locais, era uma preocupação, mas aí eu fui cortada do mar, e foi muito difícil para mim, foi chato aí eu queria fazer outra coisa e não sabia o que” (Mulher 08, 43 anos, entrevista realizada em 10/08/2017).

A lógica mercantil da propriedade privada, mais fortemente incorporada, reflete na desvalorização das atividades desenvolvidas pelas mulheres pelo enfraquecimento do modo de produção familiar, fazendo com que as mulheres ficassem despojadas de um papel econômico valorizado e reconhecido (DAVIS, 2016).

Somados a isso, os macroimpactos causados ao espaço marítimo, que atingem os homens, têm também efeitos que recaem sobre as mulheres. A diminuição do recurso pesqueiro e a crescente necessidade de dinheiro, faz com que muitas mulheres, agora excluídas do processo tradicional de trabalho, bem como do mercado formal, caminhem para as novas modalidades possíveis de venda de força de trabalho. A mulher e menina, que já eram encarregadas pelos serviços domésticos sua casa e do cuidado de crianças e idosos de sua família, passam a prestar serviços domésticos em casas alheias, de veranistas e novos moradores.

Apesar da grande importância que os trabalhos informais desempenham no processo cotidiano da vida, esses não possuem reconhecimento institucional e, dessa forma, são pouco valorizados socialmente (ODILA, 1983). Estes serviços aparecem como a principal alternativa de trabalho para as mulheres de Itaipu neste período, se constituem como a primeira opção de emprego fora de casa para enorme maioria das mulheres entrevistadas, na continuidade do saber especializado da dona-de-casa, o que pode apontar para a influente divisão de papéis de gênero pré-estabelecidos na determinação das alternativas e estratégias de sobrevivência precária das mulheres (ODILA, 1983).

Nota-se que, de forma muito presente nas histórias de vida relativas a esse período, logo nas primeiras palavras é descortinada a subordinação feminina ao trabalho extremamente precarizado desde muito cedo – em que se submetiam a serviços de baixíssimos salários e ou mesmo sem remuneração – não raramente ainda na infância, em que, na maioria dos casos, a servidão infantil aparece como moeda de troca “as pessoas não te davam, tipo assim, um salário que tinha que dá por você ser criança. Então abusava da gente né” (Mulher 07). Sandra Graham (1992) identifica essa questão como uma relação de proteção e obediência, pela qual os patrões se valem de uma suposta responsabilidade em prover as necessidades básicas da “criada” que, por sua vez, retribui com sua obediência “trabalhando fora:: só por comida”. As relações clientelísticas estabelecidas com as patroas faziam com que muitas famílias de pescadoras(es) da comunidade submetessem suas filhas aos trabalhos domésticos sem remuneração, contando com as possibilidades de pequenas doações de roupas e alimentos, oportunidades de escolarização.

Os relatos do trabalho feminino neste período, são marcados por relações de exploração, abusos e violências, e se aproximam ao que Maria Odila (1983) chama de tensões entre cotidiano e poder, e denunciam uma relação de servidão e subordinação herdadas da escravidão (SILVA, 2009), analogia esta apontada por algumas das próprias entrevistadas. O passado escravista e as contradições do progresso do sistema capitalista permanecem naturalizando o serviço doméstico, como passível de ser explorado, enxerga-o como um trabalho de menor valor, assim como as pessoas que o executam (ODILA,1983) pela falsa crença de que qualquer um pode fazer, supostamente não exigindo demandas específicas de capacitação, em oposição ao trabalho qualificado e dignificante (Ibidem), sendo passível de ser explorado, mal remunerado e despojado de direitos.

Na vida adulta, a maioria das mulheres de Itaipu se mantêm em subempregos mal remunerados vinculados aos trabalhos de cuidado, permanecendo sujeitas a acordos precarizados de venda da força de trabalho. A exploração e improvisação da sobrevivência se potencializa quando se tornam mães “ganhava quase a metade do salário para poder levar ela (filha). Descontavam a criança” (Mulher 03). As mulheres de Itaipu, mesmo após assumirem outras modalidades de trabalho fora da casa, permanecem sendo as principais responsáveis pela reprodução social do grupo familiar, o que implica uma sobrecarga de jornadas duplas ou triplas de trabalho. Algumas delas relataram o abandono de empregos em virtude de filhos pequenos, posto a inviabilidade do marido pescador se responsabilizar pelo cuidado. Assim como o contrário, a escolha por não ter filhos “por causa do meu trabalho” inclinada pelo “medo de perder o emprego” (Mulher 14).

Nesse cenário, a falta de equipamentos coletivos públicos, como creches e escolas suficientes, acaba aumentando os custos da maternidade e do cuidado com o lar, impactando sobretudo o trabalho feminino, ao mesmo tempo em que fortalece a construção de estratégias coletivas, como as teias de solidariedade local e ajuda mútua entre as mulheres, vizinhas e parentes, como se observa nos relatos.

Este período, caracteriza-se, então, por um suposto afastamento do trabalho das meninas e mulheres da pesca, contudo, os estudos de Maneschy (1995, p.162), sobre a evasão feminina da pesca no Pará, questionam esta ideia, posto que, ainda que indiretamente, a mulher continua responsável pela reprodução social do grupo. Apesar disso passam a produzir tanto para a casa como para o mercado, inseridas na pluriatividade do contexto pesqueiro, submetendo-se a trabalhos precarizados sob baixos valores monetários e, ainda, desvalorizados socialmente (MANESCHY et al., 2012).

Ao mesmo tempo, esse relativo distanciamento da mulher do domínio da pesca, expõe as contradições do desenvolvimento regional, em suas repercussões sobre as populações pesqueiras. Dessa forma, no improvisar dos trabalhos informais, pequenos ofícios, múltiplos e aglomerados, as mulheres, através de suas estratégias individuais e coletivas, vão criando condições para a sobrevivência e resistência dessa categoria.

4.2.3 A contemporaneidade e as estratégias para novas economias locais

O processo de urbanização iniciado nas décadas passadas se potencializa até os dias atuais, o que WOORFMANN (1992, p.9) denomina como triunfo do “nexo monetário” na vida cotidiana das comunidades pesqueiras, também observado em diversos outros territórios pesqueiros do país. Como já pontuado, as transformações nas atividades produtivas e reprodutivas das mulheres, aqui observadas, são percebidas como uma tendência, mas pode afetar de formas diferentes cada realidade feminina, ou pode atingir mais rapidamente algumas, e mais lenta e tardiamente outras.

Ao longo desse processo, também se observa uma mudança nas relações entre homens e mulheres, em que estas se vêm desvalorizadas. Nos relatos verifica-se uma maior inclinação das mulheres pela escolha de viver só. A grande maioria das entrevistadas optaram pelo divórcio ou por não se casarem, tornando-se as principais, e muitas vezes as únicas, provedoras de suas casas “eu peguei as rédeas (da minha vida)” (Mulher 10) . Essa mudança de paradigma pode também influenciar a desvalorização que vivenciam hoje, dentro do universo tradicional. Uma das entrevistadas aponta como a questão do respeito é distinta para

as mulheres, de acordo com a idade e condição familiar “Essa coisa de mulher parece que são só as mulheres mais velhas (...) ou você era uma senhora mãe de família ou era uma menina” (Mulher 08). Nesse tocante, ainda que de uma forma mais fluida entre os “setores populares”, na exigência em “atender à determinada figura feminina” é notória a “permanência da chaga moral de mulheres solteiras ou divorciadas” (ODILA, 1983, p.38).

Percebe-se que, mesmo àquelas que são pescadoras ou participam de atividades produtivas ligadas a captura do pescado, o trabalho não só é negligenciado e invisibilizado, como, por vezes, desencorajado, posto que, segundo elas, a inserção feminina da pesca é comumente repelida, “Os pescadores daqui nunca gostaram de mulher no mar”, fazendo com que desde novas sintam que não é para mulheres “se eu estivesse pegando meu “caiaquinho” com meus primos tinha que ser de “brincadeirainha”, não podia ser de verdade” (Mulher 08).

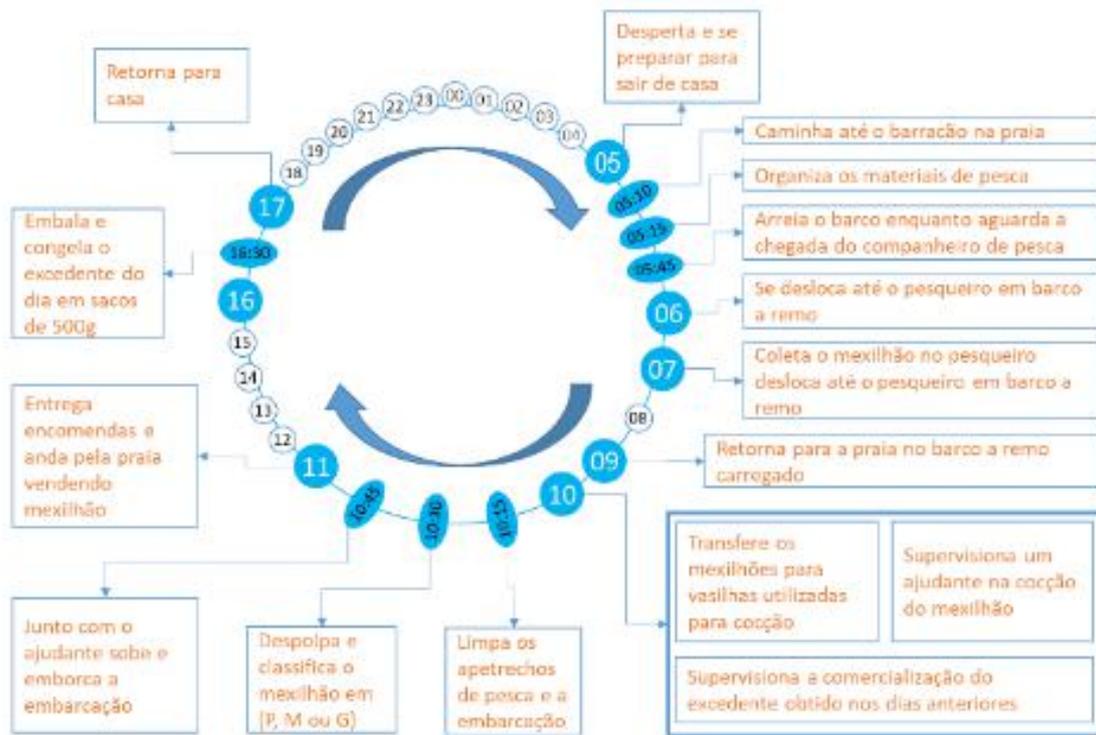
A partir do material do inventário acessado para este estudo, foi possível identificar pelo menos cinco mulheres que estão inseridas na base da cadeia produtiva da pesca. Ou seja, a contrapelo, resistiram às dificuldades históricas e culturais colocadas, e atualmente trabalham no mar, como pescadoras, atuando na exploração de mexilhão e/ou pescado.

Uma delas está entre a seleção coletada pelas entrevistas nesta pesquisa. É pescadora de mexilhão, e inseriu sua mãe e irmã na pesca. Ela expõe sobre sua experiência e a necessidade de se impor para seguir o ofício “É como eu te falei, eu encarei mesmo. Eu não estou nem aí. Eu faço o que eu gosto, faço o que eu quero. Não adianta você falar: “Ah, que você não vai fazer” (...) eu estou aí sobrevivendo no meio da (++) do mexilhão. E a cada dia eu quero mostrar que eu POSSO!” (Mulher 11).

A rotina de trabalho diária da pescadora foi acompanhada por estudo produzido em 2018, no âmbito das ações de pesquisa e extensão do PAPESCA, em que se descreve com mais detalhes as atividades desempenhadas pela marisqueira:

“ (...) ela tem uma jornada média de trabalho diário de aproximadamente 12 horas. A pescadora de mexilhão entrevistada trabalha entre segunda a sexta-feira, em média de 4 dias por semana. A temporada de pesca vai de janeiro a agosto, quando é interrompida em virtude do defeso do mexilhão, estabelecido por lei federal. Junto com a pescadora trabalham outras 3 pessoas. Há um ajudante para a extração do mexilhão que reveza com ela as funções de remar e de coletar o mexilhão, assim como de descer e encalhar a embarcação na areia e limpar os equipamentos de pesca. Logo, trata-se de um pescador homem subordinado a uma mulher. Há uma mulher que a ajuda na cocção, sendo esta é uma atividade importante, pois tem implicações diretas na qualidade final do produto para venda. Cozinhar demais implica em um produto de pior qualidade e menor valor comercial. Além de cozinhar, esta trabalhadora contribui no despulpamento e no empacotamento do mexilhão. Finalmente, a terceira trabalhadora atua na comercialização do pescado. Enquanto a pescadora de mexilhão e seu ajudante estão coletando mariscos, ela inicia a venda do mexilhão congelado.” (RODRIGUES et al, 2018, p.185)

Figura 3 - Rotina diária da pescadora artesanal de mexilhão do Canto de Itaipu (números representam a hora do dia).



Fonte: Rodrigues et al (2018, p.185)

Na descrição de suas rotinas diárias, verifica-se que elas participam de toda a cadeia produtiva da pesca de mexilhão, posto que, para além das demais funções, de remar e colher o mexilhão etc., são as responsáveis pela cocção, cozimento, despolpamento e no empacotamento do mexilhão trazido do mar, inclusive, cabendo a elas a comercialização. Além de ser pescadora, a marisqueira, bem como sua irmã, abriu um “cantinho para vender (++) as minhas qualidades”, espaço na areia da praia onde comercializa suas colheitas e receitas típicas, como o seu tradicional pastel de siri/mexilhão.

Apesar do trabalho árduo, de caráter artesanal e familiar dessas marisqueiras, por vezes não são reconhecidas como pescadoras. A principal diferenciação apontada por Fassarella (2018), entre pescadores e marisqueiras. Carmo et al (2016, p.169) descrevem “enquanto o homem se desloca para fora do entorno de sua casa para exercer a atividade da pesca em alto mar, a mulher vai realizar a coleta de mariscos, permanecendo na localidade de seu ‘domínio’”. Esta lógica de divisão social e sexual do trabalho, confere à mão de obra masculina maior prestígio, ainda que a força de trabalho feminina igualmente componha o processo produtivo dentro da RESEX de Itaipu.

Outras duas mulheres foram mencionadas nas entrevistas como pescadoras artesanais de família tradicional de Itaipu, que desempenham funções na captura de peixe. De acordo

com as informantes, elas estariam, inclusive, transmitindo o conhecimento e incentivando as filhas a continuarem na pesca (Mulher 14).

Para além do trabalho de captura do recurso pesqueiro, observa-se também a participação de mulheres⁵ nos processos beneficiamento (que normalmente engloba a retirada das escamas e a esvisceração) e comercialização do pescado. De forma frequente nos relatos, a palavra “ajuda” foi atribuída para caracterizar este tipo de atividade feminina, como demonstra a fala de uma entrevista ao descrever os trabalhos realizado por elas:

“Vem acompanhando os maridos. Mulher 16 é o pescador que mora no Maceió e ele tem a pescaria aqui. Ele sai de casa três e meia da manhã, pega o ônibus e vem, para ele não vir sozinho, ela vem com ele. Ela ajuda ele assim, desce o material, faz o lanche, até ele ir pescar, quando ele volta da pescaria, ela limpa o peixe, ela vende o peixe, ela trata do pescado, e o marido dela pesca, ela, a Mulher 17 também, a Mulher 18 que sai para pescar com (marido) e também vende peixe na praia, mas aí também já é dia claro. Isso é todo dia. A Mulher 16 mora em São Gonçalo. Mas vem de carro, o marido tem carro, sai de casa duas horas da manhã, fica aqui até duas e meia três e meia quatro horas da tarde” (Mulher 01, 56 anos, entrevista realizada em 26/07/2017).

Nota-se, no entanto, que apesar de serem vistas como meras auxiliares de seus maridos, desempenham uma intensa rotina diária, que demanda tempo, esforço, material, além de serem responsáveis pelo importante papel econômico de agregar valor ao pescado, possibilitando aumento da renda familiar. Estas rotinas de trabalho são transversais a várias etapas da produção: além da produção de insumo (material e alimentação), também participam das últimas etapas, enquanto atores econômicos, responsáveis por agregar valor ao produto, através do processamento ou beneficiamento do pescado, bem como na distribuição e comercialização, responsáveis pela venda direta do pescado no mercado local⁶ – principalmente para banhistas e moradores locais (SANTOS, 2005; BERHMANN, 2017).

O cenário de invisibilidade dificulta o processo de autorreconhecimento de uma identidade profissional, que pode gerar danos percebidos tanto no aspecto cultural, quanto na ausência de políticas públicas específicas (LEITÃO; SILVA, 2016). No caso das pescadoras, esse autoreconhecimento passa por problematizar a naturalização dos processos sociais responsáveis por impor uma divisão simbólica das atividades, ordenando os espaços a partir de uma visão territorial bipolar, que ainda que se relativize ao longo do tempo, assumindo

⁵ A maioria das mulheres que desenvolvem as atividades relacionadas ao beneficiamento e comércio de pescado na areia da praia, são de fora da comunidade ou já não moram na localidade. Cardoso (2001) comenta que no caso das pescadoras urbanas, em virtude da distância ou ausência do território, também demarca uma queda na identificação (CARDOSO, 2001).

⁶ A comercialização é feita no tradicional comércio popular de peixe, que acontece na própria margem de areia da praia de Itaipu, com pouco investimento e baixa infraestrutura. Essa atividade das mulheres substitui a necessidade de venderem o pescado para atravessadores e outros intermediários - como acontece com outros pesadores de Itaipu – o que possibilita elevar a renda familiar.

novos recortes espaciais, em algum grau, se mantem marcados pela rígida divisão sexual do trabalho que determinam os setores femininos na pesca (MARTÍNEZE; HELLEBRANDT 2019, p.340).

Para além das questões de remuneração e dificuldade de acesso a benefícios, Sen (2000) acrescenta que essa opressão se refere também à impossibilidade de identificarem suas potencialidades, encobertas nos obstáculos da burocracia e na falta de política pública efetiva, afetando o autorreconhecimento da identidade enquanto profissionais, já que a própria a legislação negligencia as diversas formas de atuação das trabalhadoras da pesca.

Para Martíneze e Hellebrandt (2019) o pouco reconhecimento pelo Estado e pelas políticas públicas parece ser efeito desta pluralidade de ocupações femininas, pois parece desagregar a classe dificultando a construção de uma identidade profissional.

De acordo CAJADO et al (2014) para entender a pesca artesanal como atividade econômica, modo de vida, expressão cultural e produtora de alimentos nos dias atuais, é crucial reconhecer sua multifuncionalidade (étnico, gênero, propriedade, papéis, etc.), que se constrói a partir de ambientes pluriativos familiares e comunitários.

Corroborando a esta discussão, Silva (2014) defende que para viabilizar a compreensão dessa economia popular como possibilidade de articular trabalho e renda da/o pescador/a artesanal, esta deve ser pensada através da “lupa” de uma ciência sensível, capaz de problematizar a construção da vida coletiva a partir das existências sociais. Essa perspectiva sobre a ciência se afasta dos modelos de estatísticas reducionistas, buscando entender as economias locais, não como ação do Estado, que por vezes nega legitimidade e totalidade dessas formas econômicas que se baseiam nas relações familiares e de parceria, mas sim da:

noção de mercado socialmente necessário, ou seja, são envolvidas por laços de sociabilidade, de identidade e de herança cultural, muitas vezes estranhas para quem não conhece o sentido das ações desses pescadores (SILVA, 2014, p.8) e pescadoras.

Neste novo contexto, uma nova ocupação que se apresenta são as atividades gastronômicas - comércios do ramo alimentícios – hoje a que mais absorve a força de trabalho feminina dentro da comunidade. De acordo com Campana e Lashayas (2020), esse tipo de serviço integra o que as autoras chamam de “seguimentos sociocomunitário” e, em um sentido mais amplo, continuam compondo o universo das atividades de cuidado. Trata-se principalmente de pequenos bares e restaurantes localizados na praia, que foram sendo adaptados ao logo do tempo em suas próprias casas ou nas construções mais próximas da

areia, onde passam a produzir e comercializar pratos com o pescado colhido ou capturado pelas/os pescadoras/es de Itaipu.

Essas novas unidades de produção, em grande parte, já não coincidem com o espaço doméstico. A ênfase agora passa a ser a geração de renda familiar, podendo contar com algum grau de tecnologia ou uso de equipamentos. Em sua maioria a mão de obra continua sendo familiar, onde as relações de trabalho, em geral, não são propriamente formais (assalariadas), “mas estabelecidas através de acordos locais socialmente construídos, que definem diferentes formas de partilha da produção” (MATTEI, 2007 p.1069) que se certa forma baseiam-se em valores mais solidários, tornando-se possibilidades de trabalho para a comunidade local.

Esta atividade insere as mulheres nas etapas que caracterizam o final da cadeia produtiva da pesca, tanto na transformação do pescado, que agrega valor ao produto, como no vínculo da distribuição, comercialização e conexão com consumidor final, estabelece o elo com o mercado consumidor, que consumirá o bem (peixe) sob a forma de pratos prontos em seus restaurantes e bares (SANTOS, 2005) e possuem estreito vínculo com o setor do turismo local. Assim, essas trabalhadoras, além das demais funções produtivas, assumem as tarefas de administrar e supervisionar todo o negócio, sendo, em geral, as principais responsáveis pela gestão financeira.

Entre os pequenos comércios que possuem inserção com a cadeia produtiva da pesca e vínculo com a comunidade ou famílias de pescadoras/es, a maioria é gerenciado por mulheres. Com base na análise das entrevistas, somados as informações absorvidas em campo, foi possível identificar oito iniciativas econômicas (que envolvem diversas mulheres) do setor da gastronomia e de alimentos em Itaipu, caracterizando-se pelo protagonismo e liderança feminina.

Vale ressaltar que esta conquista de espaços produtivos na praia torna-se importante não só para as mulheres, mas para comunidade como um todo, na medida em que representa uma forma específica de resistência - e apropriação do espaço pela comunidade e sua economia popular e familiar - frente ao avanço da especulação na orla da praia, com a implementação de uma política urbana “higienizatória”, que atende aos interesses do grande mercado e da classe média alta em expansão na região, responsável por expulsar a comunidade local historicamente assentada no território. Esse processo de urbanização deu lugar a novos restaurantes e empreendimentos de pessoas vindas de fora, que não têm ligação com a pesca local.

De acordo com as informações obtidas em campo, em conversa com pescadores/as, tem-se que, de forma geral, entre os comércios gastronômicos, àqueles administrados pelas

mulheres da comunidade são os principais escoadores do pescado capturado localmente. A significativa maioria dos novos empreendimentos alheios à comunidade priorizam a venda de peixes populares no mercado e comercialmente mais rentáveis.

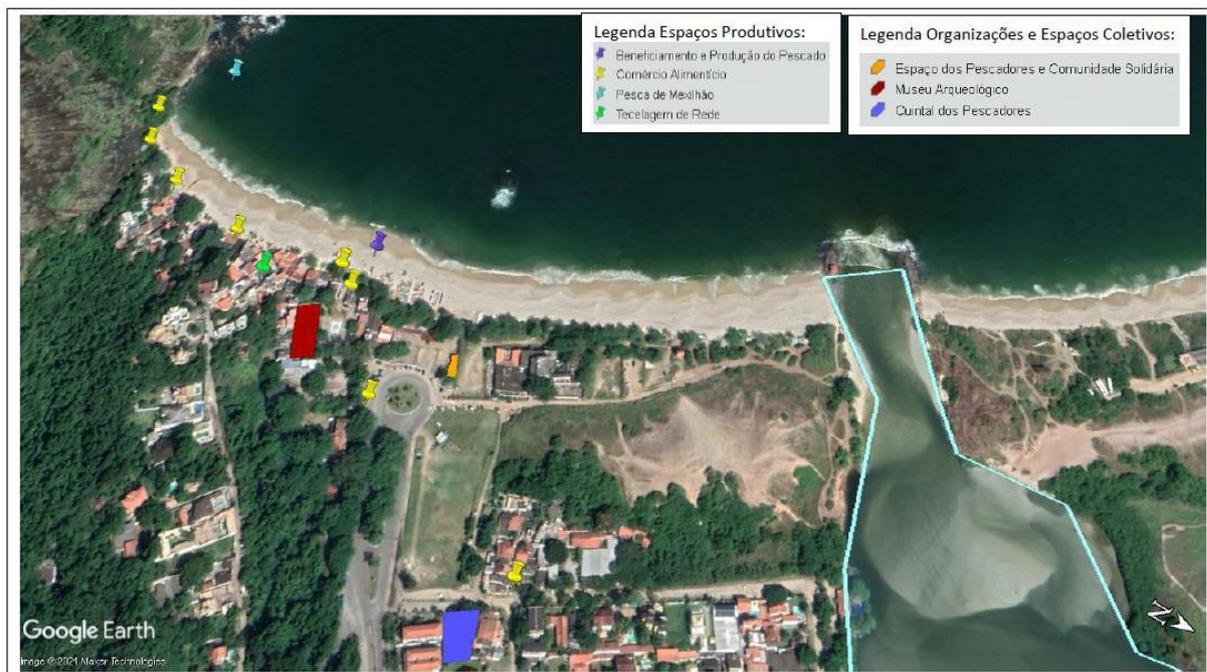
Nesse sentido, as mulheres assumem importante papel enquanto agentes dentro da cadeia, executando tarefas indispensáveis, que viabilizam a comercialização do pescado no mercado local (SANTOS, 2005) contribuindo para a manutenção econômica e social do grupo, assim como para a valorização da cultura pesqueira do território.

Ressalta-se também, posto a crescente diminuição do recurso pesqueiro, aparentemente irreversível - pelo menos no curto prazo - uma alternativa apresentada por alguns pescadores/as ouvidos em campo, para a melhoria de renda familiar, é o fortalecimento das práticas laborativas que possibilitam agregar valor ao pescado, tarefa esta historicamente assumida pelas mulheres (Caderno de campo, outubro de 2019). De acordo com Carneiro (2013) este processo pode ser fortalecido por meio da auto-organização do grupo em associações, cooperativa, grupos de trabalho; buscando certificações aos produtos que são comercializados; apoio e assessoria sob aspectos administrativos, burocráticos e jurídicos, que podem ser efetivadas através de políticas públicas ou com ações de órgãos públicos de fomento.

O desenvolvimento desses pequenos comércios femininos, que integram a cadeia produtiva da pesca local e seu vínculo com turismo local, podem ser percebidos como solo fértil, de potencial socioeconômico para o desenvolvimento local e solidário que, de acordo com Buarque (2002, p. 25), é o processo endógeno de desenvolvimento, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

O mapa, a seguir, apresenta alguns dos espaços de trabalho produtivo das mulheres da comunidade de Itaipu identificados pela pesquisa, que possuem interseção com a pesca.

Figura 4: Espaços Produtivos Femininos



Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem do Google Earth

Contudo, a atividade gastronômica de bares, restaurantes e lanchonetes não é capaz de absorver a força de trabalho de todas as mulheres, principalmente àquelas que tiveram que deslocar suas residências para locais mais afastados da praia, o que impede a adaptação da casa em estabelecimento, além do que a própria transformação do espaço exige algum capital de investimento, o que exclui as com menores condições financeiras. Esse trabalho também possui certa temporalidade, sendo mais rentável no período de verão, marcado pelas altas temporadas turísticas. Dessa forma, algumas passam a produzir alimentos em casa, produção de certos bens e serviços para comercialização na praia ou região, utilizando em parte os mesmos meios e insumos usados para prover reprodução social da família, assim como o mesmo saber especializado do trabalho doméstico.

Percebe-se então que esse tipo de atividade possui estágios diferentes de capitalização, que vão desde pequenas barracas à restaurantes com melhor infraestrutura. Porém mesmo para àquelas que possuem um espaço, a questão da terra segue sendo uma preocupação, que interfere também na prática laboral, além da insegurança de investir em melhorias nos locais de trabalho (ou mesmo em suas residências) sem saber se será um dinheiro desperdiçado, sentem o medo de serem expulsas de seu lugar de origem “tanto que eu nunca tinha reformado” (Mulher 13), e continuam preocupadas “porque ficou bonito demais, tem gente que acha que é bonito demais para gente” (Mulher 08), logo “se começa (a prédios entrar), primeira coisa que eles vão querer fazer é mexer com todos. Isso já vem há anos” (Mulher 13).

Constata-se também que as mulheres de Itaipu continuam articulando seu cotidiano de trabalho com várias atividades domésticas e de cuidado familiar. Conforme Bandeira e Preturlan, 2016) comumente a separação e a demarcação do tempo entre atividades produtivas e reprodutivas não é bem definida devido as diferentes funções exercidas concomitantemente em um único espaço, o que acaba contribuindo para a invisibilização das atividades e dificultando a compreensão do que seria cada uma, podendo potencializar a sobrecarga de trabalho.

A dupla ou tripla jornada de trabalho pode ser também um dos fatores que exclui as mulheres dos espaços políticos deliberativos da comunidade de pesca. Assim como, a manutenção do comportamento que pretere o universo feminino, torna as mulheres quase invisíveis como seres econômicos, sociais, a também, políticos (RODRIGUES, 2018; WOOFMAN, 1992). Uma das entrevistadas comenta sobre o importante espaço representativo que as mulheres vêm ganhando, com muita dificuldade, na luta pelo reconhecimento enquanto atores políticos e contra o silenciamento de suas vozes:

“Você chegava na audiência e não via mulheres, você só via homens, ia fazer questionamentos a Petrobras e eram só homens de todos os lados (...) A gente foi ganhando nossos espaços, mas era muito complicado (...) E aqui ainda era mais complicado do que lá (...). aqui na praia você não era ouvido, quando você vinha trazer o que aconteceu lá parecia que não era importante, por que “se eu pude resolver é porque não era nada importante”. Eu passava para o meu pai, que passava para todo mundo, por que se fosse eu mesma não ia ser nada demais” (Mulher 08, 43 anos, entrevista realizada em 10/08/2017).

Para Amartya Sen (2000) em seu livro “*Desenvolvimento como Liberdade*” as principais transformações econômicas e sociais na vida das mulheres se dão quando estas passam a assumir a condição de agentes, o que se desdobra em melhorias para seu bem-estar e desenvolvimento em geral. O autor assegura que “trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente produz um impacto claro sobre a melhoria na posição social da mulher em sua casa e na sociedade” (SEN, 2000, p.223). Tal afirmativa dialoga com o ponto de vista de uma das entrevistadas, que acredita que a divisão social do espaço vivenciada antigamente, em que os homens estavam na pesca e as mulheres em casa, acabou, “Definitivamente acabou. Até porque a própria mulher está trabalhando, trabalha fora (de casa), mas acabou. Essa coisa do homem PODE e a mulher não, zerou. Zerou mesmo. E as mulheres daqui são muito guerreiras, elas trabalham muito, elas correm atrás” (Mulher 14).

Embora as mulheres de Itaipu tenham criado suas estratégias de resistência frente às condições de precarização da vida e alcançado autonomia, que narram com orgulho, reflexo de seus trabalhos e de suas lutas dentro e fora de casa, ainda existem permanências de padrões

diferenciados de participação no contexto do trabalho, marcados por desigualdades tanto de gênero, como também de raça e classe. Ademais, destaca-se a contínua vulnerabilidade das atividades produtivas femininas diante do avanço de empreendimentos na orla da praia, que operam sob a lógica do mercado, privilegiados pelo apoio governamental e do crédito.

Diante de tal cenário que segue atuando de encontro à comunidade pesqueira de Itaipu e às atividades das mulheres, chega-se no último segmento da cadeia produtiva da pesca, relativo ao ambiente organizacional e institucional capaz de influenciar essa estrutura produtiva, responsáveis por incentivar e fomentar atividades e arranjos produtivos (SANTOS, 2005). À luz das concepções da economia popular e solidária, priorizando por processos endógenos e participativos, ressalta-se nesse segmento o importante papel protagonista das organizações locais de pescadoras/es, e a emergência da participação feminina nesses espaços, para que seja possível combater os desafios de desigualdades impostos pelo capitalismo, patriarcado e racismo. E em segundo plano, o papel das organizações, instituições de ensino e extensão e órgãos públicos de fomento de forma a apoiar no reconhecimento e trabalho digno, na regularização cadastral como pescadora, na democratização de acesso à direitos e previdência, participação das mulheres na construção de políticas públicas efetivas que atendam suas necessidades, diálogo entre os saberes populares e científicos, além da assessoria e apoio aos arranjos e outras formas produtivas, baseadas nas relações familiares e de parcerias, que emergem no território a partir das existências sociais das mulheres, de forma a favorecer a economia local e outro modelo de desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No passado e no presente, a participação produtiva das mulheres na pesca artesanal de Itaipu e sua importância para a mesma é inegável.

A história social do trabalho feminino de Itaipu, que aparece nesta pesquisa através de suas falas e expressada em suas memórias, é analisada baseando-se tanto nas narrativas sobre a localidade por antigas moradoras, quanto por realidades atuais da região, o que permite uma investigação sobre o processo de transformação desse trabalho desempenhado pelas mulheres na comunidade pesqueira.

Essas vozes nos apresenta uma identidade feminina e de trabalho na pesca não homogênea, marcada pela fluidez e pluralidade. Não se faz linear, é complexa e por vezes contraditória, ora se dá pela rigidez da divisão sexual do trabalho que coopera com o trabalho masculino, ora é múltipla, improvisada e aparentemente alheia à pesca.

No passado, suas atividades produtivas e reprodutivas, que se confundiam no espaço da unidade de produção doméstica, foram fundamentais para a sobrevivência econômica e manutenção da categoria, detinham conhecimentos tradicionais que compunham o universo social e cultural da comunidade, o que lhes garantia certo reconhecimento social.

A desvalorização do trabalho feminino é marcada pelo declínio da participação das mulheres nas atividades tradicionais, em virtude do processo de urbanização e industrialização do período desenvolvimentista, que assola a comunidade e insere novas lógicas de produção e reprodução da vida pesqueira.

Este modelo de desenvolvimento assimétrico e segregacionista não envolve a comunidade e a exclui do pretense avanço. Uma das faces contraditórias do dito progresso se apresenta quando este altera a configuração vigente da comunidade, suas práticas e modos de vida, sem ao menos trazer novas alternativas de atividade e renda, o que afeta sobremaneira a vida e trabalho feminino de Itaipu. No processo de mercantilização da vida introduzidas pelo capital, as mulheres passam a vender sua força de trabalho para o mercado – submetendo-se a relações de trabalho de extrema precarização e exploração em prol da sobrevivência e manutenção suas famílias pesqueiras, acirrando as desigualdades de gênero, raça e classe.

Logo, a evasão feminina da pesca é também efeito das grandes mudanças que o setor pesqueiro vem sofrendo nas últimas décadas, que conduz as mulheres para um lugar de menor importância na comunidade pesqueira.

Contudo é bem verdade que, fora de casa ou no interior da comunidade, os seus trabalhos continuam, ainda que indiretamente, contribuindo para a continuidade do grupo.

Dessa forma, o relativo afastamento que se observa pode ser visto como uma nova configuração do papel da mulher na pesca, marcada pela pluriatividade, em que outras atividades, até então alheias à pesca, passam a compor o universo pesqueiro, reflexo do contexto de intensos conflitos socioambientais que estão submetidas/os hoje.

Diante da necessidade de criarem estratégias de sobrevivência, as mulheres constroem variadas formas de organização, redes de arranjos produtivos e reprodutivos de ajuda mútua, demonstrando a capacidade de adaptação protagonizadas por elas.

Fruto deste processo, atualmente, depara-se com a complexidade entre o trabalho feminino, de ocupações múltiplas e variadas, e sua relação com a pesca e a economia local. Tal fato dificulta o reconhecimento e apropriação de uma identidade única de trabalhadoras da pesca, capaz de abarcar os diversos subsetores nos quais se inserem as mulheres, o que reflete na ausência de organização social e política do grupo, inibindo suas reivindicações por direitos e demandas específicas dentro do contexto pesqueiro, enfraquecendo-as diante da majoritária representatividade masculina.

Ao investigar a participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca, em diálogo com o aporte teórico da Economia Feminista e Economia Popular e Solidária, toma-se como base uma perspectiva mais ampla e sistêmica, de forma a não reduzir a análise apenas ao processo de captura propriamente dito, centrada na figura do pescador. Descortina-se assim, para além da própria ‘figura da pescadora’, diversas outras atividades que se articulam com a pesca, demonstrando que o trabalho das mulheres se integra à praticamente todas as etapas da cadeia produtiva e executam tarefas indispensáveis para o sistema como um todo.

Neste estudo, foi possível identificar a existência de uma pluralidade de atividades atribuída às mulheres inseridas, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da pesca e que configuram uma diversidade ocupacional ao longo do tempo, tais como: redeiras e tingidoras de rede, beneficiadoras, salgadeiras, agricultoras, parteiras, rezadeiras e raizeiras, cuidadoras, cozinheiras, vendedoras, donas de pensão, faxineiras, empregadas domésticas, babás, marisqueiras, descascadeiras de siri, pescadoras, evisceradeiras; desfiladeiras; descascadeiras; produtoras de insumo; comerciantes, gestoras de bares, restaurantes e lanchonetes, donas de casa e mulheres que trabalham fora.

As atividades de produção diretamente ligadas as artes de pesca permanecem não sendo uma alternativa comum de trabalho para a população feminina da comunidade. A divisão tradicional de trabalho, nesse sentido, pouco mudou, e sua participação na captura de pescado ainda é significativamente menor que a dos homens, no entanto, ela existe. Mesmo com os desafios e contradições culturais que inibem a participação feminina no espaço do

mar, bem como os conflitos socioeconômicos e ambientais que recaem de forma particular sobre as mulheres, percebe-se hoje, uma inserção feminina no trabalho de captura de pescado/artes de pesca, sobretudo na pesca de mexilhão. No entanto, a maior concentração de força de trabalho feminino observada se relaciona com as etapas de insumo, beneficiamento, distribuição e comercialização.

Por sua vez, pode-se dizer que as múltiplas formas de economia popular e feminina, que se constitui a partir das existenciais sociais e históricas desse grupo marginalizado, apresenta-se pela importância na economia local e um fator em potencial para o desenvolvimento local sustentável que, diferente da lógica desenvolvimentista, apresenta possibilidades de fortalecer a emancipação e empoderamento comunitário, ao se basear em princípios de solidariedade, que são comuns às mulheres e à comunidade, como forma de se buscar recuperar a capacidade desses sistemas locais comunitários na cogestão dos bens naturais e do espaço.

Neste sentido, percebe-se que para a elaboração de políticas públicas, entre outras propostas de ações, é primordial que seja feita efetivamente de forma participativa, para que sejam capazes de incorporar as sensibilidades e nuances dessas economias e organizações, que levam em consideração outros parâmetros e dimensões de desenvolvimento para além de objetivos de produção. Percebe-se, por exemplo, a urgência de incorporar a perspectiva de gênero nas economias populares locais, para que se possa repensar as tensões entre as fronteiras do produtivo e reprodutivo, de forma que o trabalho reprodutivo assuma uma dimensão importante dentro das econômicas produtivas, que permita uma conciliação e divisão de trabalho mais justa e equitativa.

Esta pesquisa não possui pretensão de esgotar o debate sobre o trabalho e participação das mulheres na pesca de Itaipu, tampouco dar conta de todos os recortes e reflexões possíveis no campo do trabalho feminino na localidade. Esperamos que os resultados deste estudo possam contribuir na afirmação e legitimação da importância da mulher na manutenção da tradição e na sustentação econômica da pesca artesanal. Se deseja contribuir também, na continuidade de pesquisas acadêmicas e que demais trabalhos com comunidades pesqueiras adentrem no campo da desigualdade de gênero, como também de outros determinantes sociais, como raça e orientação sexual, presentes nesses contextos, e que este trabalho não incluiu. Bem como, contribuir com direções metodológicas e teóricas que possam fortalecer a criação de projetos, ações de extensão ou políticas públicas especificamente voltado para refletir as questões de gênero na comunidade pesqueira de Itaipu.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p. 66-83, jun. 1986.
- ARAÚJO, G. Não é história de pescador. **OCCuPa UFF**, Niterói, 25 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://occupa.uff.br/2020/01/25/nao-e-historia-de-pescador/>. Acesso em: 10 maio 2021.
- BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Orgs). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 43-57. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**, São Paulo: Hucitec, 1994.
- BEHRMANN, D. G. M. Análise da cadeia produtiva de uma comunidade de pescadores no sul da Bahia visando o seu desenvolvimento econômico. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 2, n. 37, p. 259-275. 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4462/3238> . Acesso em: 23 fev. 2021.
- BHATTACHARYA, T. O que é teoria da Reprodução Social?, **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, 1º semestre de 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11959.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9605.htm>. Acesso em: 09 maio 2021
- BRUCHEZ, A.; MOTTA, M. E. V. Competitividade em cadeias produtivas: uma análise bibliométrica. In: **II Simpósio Internacional de Inovação em Cadeias Produtivas do Agronegócio**, 2, 2016, Caxias do Sul. Anais eletrônicos. Caxias do Sul: UCS, 2016. p. 232-249. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/IIsimposioinovacaoagronegocio/simposioinovacaoagronegocioucs/paper/viewFile/4598/1444>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- CAJADO, D. M.; FERNANDES, I. L. C.; SILVA, J. G.; ESMERALDO, G. G. S. L. Compreendendo a pesca artesanal sob a ótica da multifuncionalidade e pluriatividade. Estudo de caso. **Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM**, Santa Maria, v.21, n.4, out./dez. 2014, p. 52-74. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10221/pdf_1 . Acesso em: 21 mar. 2021.

CAMPANA, J; LASHAYAS, A. R. Economia popular e feminismo: articulações e novas demandas emergentes. **Revista Otra Economía**, Bueno Aires, vol. 13, n. 23, p. 246-263, enero-junio 2020. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14888/9521>. Disponível em: 21 fev.2021

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIV, n. 2, p. 15-33, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v14n2/03.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CARMELA, R.; PINHEIRO, M. de A. Ecopsicossociologia: abordagens ecofeministas da pesca artesanal. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 31, n. esp., p. 276-281, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v31nspe/1984-0292-fractal-31-esp-276.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

CARRASCO, C. Introdução: para uma economia feminista. In: _____. (org.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectiva para viejos y nuevos problemas*. Antrazyt: Icaria, 1998. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/INTRODUCAO-para-uma-economia-feminista-Carrasco.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

_____. La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía”. In: VARA, M. J. (coord.). **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal, 2006. p. 29-62. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/la-economia-feminista-una-apuesta-por-otra-economia.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CASTRO, A. M.; LIMA, S. M.; CRISTO, C. M. Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção Tecnológica. In: **XXII SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**, 22., 2002, Salvador, Anais eletrônicos. Salvador, 2002. p. 1-14. Disponível em: <https://fcf.unse.edu.ar/archivos/posgrado/2002.cadeiaprodutiva.marcoconceitual.prospeccaotecnologica.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. Trabalho da mulher pescadora em comunidades pesqueiras do litoral de Pernambuco: sistematização preliminar para correções/reformulações. In: Taller latino-americano sobre gênero e o trabalho da mulher em comunidades pesqueiras costeiras. Recife, maio 2000.

CLAUZET, M; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (enseada do mar virado e barra do una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Revista Multiciência**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-22, maio 2005. Disponível em: https://agora.ie.ufrj.br/pdf/Mariana_Clauzet/26.Pesca_Artesanal_e_Conhecimento_Local.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

COTRIM, D. S.; MIGUEL, L. de A. Renda da pesca artesanal: análise dos sistemas de produção na pesca em Tramandaí – RS. **REDES. Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 5 - 23, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056848001.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

COUTINHO, M. C. L.; MESQUITA, M. M. F. de; BRAGA, A. C. da S.; JOU, R. M. Percepção ambiental de moradores e frequentadores da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, Município de Niterói, RJ. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 3, n. 7, p. 13-22, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28903. Acesso em: 10 maio 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

DEMO, P. Avaliação qualitativa: um ensaio introdutório. **Educação e Seleção**, São Paulo, n. 14, p.5-16, 2013. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/107.pdf> >> Acesso em: 15/01/2021.

DIAS, M. O. L. da S. Mulheres sem história. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 31-45, jan/jun., 1983, p. 1-15. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058/64894>. Acesso em: 16 dez.. 2020.

DIEGUES, A. C. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Portugal, v. III, n. 2, p. 361-375, 1999. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização brasileira, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/333537/mod_resource/content/0/ENGELS_A%20origem%20da%20familia.pdf. Acesso em 16 dez. 2020.

FASSARELA, S. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p. 171–194, jul/dez., 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12956. Acesso em: 08 dez. 2020.

FEDERECI, S. **O ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante 2019. *E-book*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344233204_FEDERICI_Silvia_O_ponto_zero_da_revolucao_trabalho_domestico_reproducao_e_luta_feminista_Traducao_Coletivo_Sycorax. Acesso em: 07 jan. 2021.

FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C. Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 254-268, mai./ago., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeur/v20n2/2317-1529-rbeur-20-02-254.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FERNANDEZ, B. P. M. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 559–583, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v38n3/1809-4538-rep-38-03-559.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

FIGUEIREDO, M. M.; PROST, C. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 82-93, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/viewFile/30024/17758>. Acesso em: 01 dez. 2020.

FONSECA, M.; ALVES, F.; MACEDO, M. C.; AZEITEIRO, U. M. O Papel das Mulheres na Pesca Artesanal Marinha: Estudo de uma Comunidade Pesqueira no Município de Rio das Ostras, RJ, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada -RGCI**, Lisboa, vol.16, n.2, p.1-11, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722016000200010&lng=pt&nrm=iso

FRANCO, M. L. P. B. **A Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FUNARI, J. N.; JALIL, L. M.; MORAES, L. L.; NASCIMENTO, N. M. da S.; PONTES, N. L. M. T. de; MARQUES, P. de L.; SIEBER, S. S. Uso do tempo e as mulheres rurais: a construção de outras metodologias a fim de propiciar a visibilidade e valorização dos trabalhos das mulheres. *In*: III COLÓQUIO INTERNACIONAL FEMINISMO E AGROECOLOGIA, 2019, Recife- PE. Anais Eletrônicos. Recife: Cadernos de Agroecologia, vol. 15, n. 3, 2020, p. 1-11. Disponível em: <http://cadernos.abagroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6366/2463>. Acesso em: 05 fev. 2021.

GONÇALVES, R. de C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, p. 83-92, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0910spe.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021.

GRAHAM, S. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

INSTITUTO DE PESCA, Governo do Estado de São Paulo, Publicações / Glossário / Cadeia Produtiva Pesqueira. Disponível em: <https://www.pesca.sp.gov.br/publicacoes/glossario-de-its>. Acesso em: 23 mar. 2021.

GONZALEZ, L. **Primavera para rosas negras**. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HAGUENAUER, L.; BAHIA, L. D.; CASTRO, P. F.; RIBEIRO, M. B. **Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, 2001. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0786.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

HILLENKAMP, I.; GUÉRIN, I.; VERSCHUUR, C. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Debates Feministas - SOF**, n. 03, p. 1-34, 2016. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/a-economia-solidaria-e-as-teorias-feministas.pdf/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero, Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisa – Informações Demográfica e

Socioeconômicas, n 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

JUNIOR, A. P. da C. Lembranças de Itaipu: Histórias de Pescador. In: **VII SEMINÁRIO FLUMINENSE DE SOCIOLOGIA**, 6, 2018, Niterói. Anais Eletrônicos. Niterói: UFF, 2018. p.250-265. Disponível em: https://www.academia.edu/44661053/Anais_do_VII_Semin%C3%A1rio_Fluminense_de_Sociologia_2018_Programa_de_P%C3%B3s_Gradua%C3%A7%C3%A3o_em_Sociologia_Universidade_Federal_Fluminense_Lembran%C3%A7as_de_Itaipu_Hist%C3%B3rias_de_Pescador. Acesso em: 10 maio 2021.

KAWASAKI, C. S. UNIVERSIDADES PÚBLICAS E SOCIEDADE: uma parceria necessária. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, vol. 23 n. 1-2, p. 239-257, jan./dez. 1997.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59599/62698>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LAGOA PARA SEMPRE – LPS (Coletivo). **Plano Diretor de Niterói propõe Parque Municipal da VEPLAN**. lagoaparasempre.blogspot.com, Niterói, 27 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://lagoaparasempre.blogspot.com/p/o-plano-estrutural-de-itaipu.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LEITÃO, M.R. de F. A. **Genero e pesca artesanal**. Recife: Linceu, 2012. Disponível em <<http://gpdeso.com/wp-content/uploads/arquivos/cartilha-genero-pesca-artesanal.pdf>>.

LEITÃO, M. do R. de F. A.; SILVA, V. L. da. O processo de reconhecimento jurídico do trabalho das pescadoras artesanais catarinenses e a indefinição de direitos trabalhistas e previdenciários. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba** v. 5, n. 01, p.138-167, 2016. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/viewFile/28444/15300>>.

LEMOS, M. P. **O trabalho reprodutivo sob a ótica da economia feminista**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/200876/Mariah%20Pedrelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LINS, P. M. O. Beneficiamento do pescado. Pará: IFPA, 2011. 98 p. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_rec_naturais/aquicultura/181012_ben_do_pesc.pdf

LOPES, V. F. M.; MATTOS, U. A. O.; LIANZA, S.; SILVA, E. R.; SANTOS, P. R. Dinâmicas territoriais e a organização dos pescadores: A experiência da rede solidária da pesca no Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Portugal, v. 11, n. 2, p. 187-196, 2011. Disponível em: https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-230_Lopes.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim**

do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/B%20MPEG%20Ant%2011%282%29%201995%20MANESCHY.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3), p. 713-737, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/07.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (Orgs). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 19 dez. 2020.

MARTÍNEZ, S. A.; HELLEBRANDT, L. (Orgs). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019. Disponível em: https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf. Acesso em: 19 de jan.. 2020.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936/29708>. Acesso em: 08 fev. 2021.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 1055-1073, out/dez 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v45n4/a11v45n4.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/30333>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MELO, M. de F. M.; LIMA, D.; STADTLER, H. H. C. Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher". In: **XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA**, 2009, Fortaleza, Anais Grupo de Trabalhos GT 01 - Desenvolvimento humano, família e relações de gênero, Fortaleza, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

MIBIELLI, B. L. **Ser “pescador profissional artesanal tradicional de Itaipu” e as redes de relações de uma trajetória**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014.

_____. **Mestre Cambuci e o “sumiço da tainha”**: Uma nova imagem da praia de Itaipu. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2004. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10898/1/Monografia%20%2b%20Ensaio.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MIELKE, E. J. C. **Análise da cadeia produtiva e comercialização do xaxim, Dicksonia sellowiana, no estado do Paraná**. 2002. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná - Ufpr, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25328/D%20-%20MIELKE%2c%20EDUARDO%20JORGE%20COSTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MIRANDA, M. I.; PARERAS, A. B.; BENGEOA, C. C.; MEDRANO, H. F.; SÁENZ, N. M. **Malabaristas de la vida: Mujeres, tiempos y trabajos**. Barcelona: ICARIA, 2003. Disponível em: <https://www.caladona.org/wp-content/pujats/2009/12/2003-malabaristas-de-la-vida-DONES-I-TREBALLS.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NOBRE, M. Interação entre a economia feminista e a economia solidária nas experiências de grupos de mulheres. In: **Cartilha Feminismo, Economia Solidária e Soberania Alimentar: construindo estratégias para a autonomia das mulheres no campo e na cidade**. SOF: Sempreviva Organização Feminista. Cajamar, 2011. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Interacao-entre-a-economia-feminista-e-a-economia-solidaria-Miriam-Nobre.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PAZ, M. L. C. **A correlação da cadeia produtiva da pesca com as comunidades pesqueiras da região costeira do Espírito Santo**. 2018. Dissertação (Pós-Graduação em Oceanografia Ambiental) – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, 2018. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10200_Disserta%E7%E3o%20-%20A%20correla%E7%E3o%20da%20cadeia%20produtiva%20da%20pesca%2020-08-18.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

PINHO, V.; CARNEIRO, S. N. V.; AZEVEDO, M. J.; AQUINO, J. A cadeia produtiva da pesca artesanal no município de Banabuiú-CE. **Revista Expressão Católica**, Quixadá-CE, v. 1, n. 2, p. 4-23, 2012. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/1293/1056>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PRIMO, B. D.; ARAUJO, M. L. O Inventário Participativo de Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu. In: XIV Encontro Nacional de História Oral, 2018, Campinas/SP. Anais eletrônicos. Campinas: Unicamp, 2018. p. 1-12. Disponível em: http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524160778_ARQUIVO_ArtigoSimposioHistoriaOral-versaofinal.pdf Acesso em: 30/09/2018.

QUINTELA, S. Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia. **Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul-PACS**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 4-34, 2006.

RAMIRES, M.; CLAUZET, M.; ROTUNDO, M. M.; BEGOSSI, A. A pesca e os pescadores artesanais de Ilhabela (SP), Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 231-246, 2012. Disponível em: <https://www.pesca.sp.gov.br/boletim/index.php/bip/article/view/959/939>. Acesso em: 03 abr. 2021.

RIBARIC, A. Maritimidade: patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo. **Emblemas**, Goiás, v. 17, n. 2, p. 39-56, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/66626>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RODRIGUES, D. H. X. B. C.; JORGE, C. de L. P.; FREIRE, M. P.; LIANZA, S. A participação das mulheres na pesca artesanal: uma pesquisa exploratória no Canto de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Paraná, v. 14, n. Esp. 32, p. 173-193, 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7917>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SACCO DOS ANJOS, F.; NIEDERLE, P.A.; SCHUBERT, M.N.; SCHNEIDER, E.P.; GRISA, C.; CALDAS, N.V. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da colônia Z3 em Pelotas, RS. In: **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL**, 2004, Santa Cruz do Sul, RS. Anais Eletrônicos. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004. p.1-25. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/08.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, A. S. As relações de trabalho na pós-abolição: uma discussão historiográfica. In: **XX CICLOS DE ESTUDOS HISTÓRICOS**, 2009, Ilhéus, BA. Anais Eletrônicos. Ilhéus: UESC, 2009, p. 1-8. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/adriana_silva_santos.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **A Universidade no século XXI: por uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, M. A. S. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v.1, n.1, jul. /dez., p. 61-81, 2005. Disponível em: <http://www.avesmarinhas.com.br/Cadeia%20produtiva%20da%20pesca%20artesanal%20Par%C3%A1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SANTOS, E. A.; SOUZA, R. M. e SAMPAIO, R. M. de A. O mito do trabalho invisível e estratégias de sobrevivência das pescadoras em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, Brasil.

In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10**, 2013, Florianópolis, Anais Eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-12. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381423587_ARQUIVO_ElineAlmeidaSantos.pdf>. Acesso em: 15 maio.2021

SANTOS, G. C. Ribeiro D. O que é lugar de fala? **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 360-362, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v43nspe8/0103-1104-sdeb-43-spe08-0360.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf. Acesso: dez. 2020.

SILVA, C. A. da. Análise da cadeia produtiva, das condições de trabalho e das formas de luta dos trabalhadores da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro. In: **XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - RIO: Saberes e práticas científicas**, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. p. 1-9. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400540052_ARQUIVO_textoparaanaisXVIsimposioregionaldehistoria2014.pdf. Acesso 07 mar. 2021.

SILVA, C. A.; BATALHA, M. O. A Competitividade em sistemas agroindustriais: metodologia e estudo de caso. In: **II WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES**, 2., 1999, Ribeirão Preto, **Anais eletrônicos**. São Paulo: Pensa/FEA/USP, 1999. p.1-12. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/faem/agronegocios/downloads/metodologia_e_estudo_de_caso.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, L. C. Agronegócio: Logística e Organização de Cadeias Produtivas. In: **II SEMANA ACADÊMICA DE ENGENHARIA AGRÍCOLA – ENGENHARIA DO AGRONEGÓCIO MC4**, 2., 2007, Rio de Janeiro, **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. p.1-22. Disponível em: http://www.agais.com/manuscript/ms0107_agronegocio.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, V. L. da; LEITÃO, M. do R. de F. A. O processo de reconhecimento jurídico do trabalho das pescadoras artesanais catarinenses e a indefinição de direitos trabalhistas e previdenciários. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**. Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, v. 5, n. 1, p. 138-167, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/28444/15300>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SIMON, V. P. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. **Textos de Economia - TEC**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-29, jan./jul., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2020.e71451/43884>. Acesso em: 08 dez. 2020.

STADTLER, H. Mulheres na pesca artesanal de Pernambuco políticas sociais e ambientais do litoral ao sertão. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos**.

Florianópolis: UFSC, 2010, p. 1-9. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278169502_ARQUIVO_Textopapelpadrao.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

STECANELA, N. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 1, p. 63-75, jan./maio, 2009. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/cotidiano.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TEIXEIRA, M. O. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Temáticas**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 135–166, 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 2 ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2018/08/7-metodologia-da-pesquisa-ac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

VIAL, L. A. M.; SETTE, T. C. C.; SELBITTO, M. A. Cadeias produtivas - foco na cadeia produtiva de produtos agrícolas. In: **III ENCONTRO DE SUSTENTABILIDADE EM PROJETO DO VALE DO ITAJAÍ**, 3., 2009, Santa Catarina, **Anais eletrônicos**. Santa Catarina: ENSUS, 2009. p. 1-9. Disponível em: <https://ensus2009.paginas.ufsc.br/files/2015/09/CADEIAS-PRODUTIVAS-UNISINOS.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

WERMINGHOFF, F. N.; GIRÃO, R. e S.; FERNANDES, P. J. F. Análise espacial da expansão urbana na Região Lagunar de Itaipu, Niterói – RJ. In: **XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS**, 17. 2012. Belo Horizonte, **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p.1-10. Disponível em: <http://urlib.net/rep/J8LNKAN8RW/3C63PUK>. Acesso em: 10 maio 2020.

WOORTMANN, E. Da complementaridade à dependência: Espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18, p. 41-61, 1992. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_04.htm>.

ANEXO**Identificação das mulheres entrevistadas pelo Museu de Arqueologia de Itaipu - MAI**

Código de Identificação	Idade	Data de realização da entrevista
Mulher 01	56 anos	26/07/2017
Mulher 02	89 anos	16/02/2016
Mulher 03	66 anos	19/05/17
Mulher 04	100 anos	18/05/2017
Mulher 05	64 anos	05/06/17
Mulher 06	83 anos	23/06/2017
Mulher 07	58 anos	08/06/2017
Mulher 08	43 anos	10/08/2017
Mulher 09	80 anos	11/05/2017
Mulher 10	66 anos	12/05/2017
Mulher 11	43 anos	22/08/2017
Mulher 12	95 anos	19/05/2017
Mulher 13	55 anos	13/06/2017
Mulher 14	Faixa de 50 anos	01/08/2017
Mulher 15	89 anos	11/05/2017